



Relatório & Contas

Junho 2023

SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A.

Índice

- I. Órgãos Sociais
- II. Enquadramento Macroeconómico
- III. O Mercado de Capitais e os OIC's
- IV. Actividade 2023
- V. OIC's sob Gestão
- VI. Perspectivas para 2023
- VII. Demonstrações Financeiras
- VIII. Anexos às Demonstrações Financeiras
- IX. Relatório do Auditor Externo
- X. Parecer do Conselho Fiscal

I. Órgãos Sociais

O modelo de governo da SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A. (doravante “SGHCP”) estrutura-se através de uma Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A gestão da sociedade compete ao Conselho de Administração na qual os Accionistas delegaram amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente.

A Assembleia Geral e o Conselho Fiscal deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelos Estatutos da sociedade.

Em 30 de Junho de 2023, os órgãos sociais eram os seguintes:

Assembleia Geral

- I. Presidente da Mesa – Manuel Maria Cota Dias da Silveira Botelho
- II. Secretária da Mesa – Ridaura Malenga de Oliveira

Conselho de Administração

- I. Presidente – Mário Falhas Amaral
- II. Vogal – Odracir Sidney Magalhães
- III. Vogal – Valdir Rodrigues da Costa

Conselho Fiscal

- I. Presidente – Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- II. Vogal – Walter Wagner Martins Hinda
- III. Vogal – Eivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- IV. Suplente – Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila
- V. Suplente – Alexandre Ernesto da Costa António

Perito Contabilístico

- Deloitte & Touche – Auditores, Lda.



II. Enquadramento Macroeconómico

Contexto Internacional

Segundo o World Economic Outlook de Julho de 2023, a taxa de crescimento económico mundial estimada para o ano 2023 situa-se em 3,0%, inferior em relação aos 3,5% registados em 2022, verificando-se uma desaceleração na economia mundial para este ano. Para o ano 2024, está também prevista uma taxa de crescimento de 3,0%.

O aumento das taxas de juro pelos bancos centrais para conter a inflação, tem contribuído para o aumento do custo de financiamento, o que tem causado constrangimento na actividade económica.

As altas taxas de juros têm afetado as finanças públicas, sobretudo dos países em desenvolvimento que têm enfrentado maior dificuldade na gestão do serviço da dívida, o que tem limitado os estados em realizarem mais investimentos nas suas economias, e consequentemente na recuperação dos níveis de actividade e crescimento registados no momento anterior à pandemia.

A Organização Mundial da Saúde declarou em Maio de 2023 que já não considera a COVID-19 como uma emergência global.

As cadeias de fornecimentos a nível global têm apresentado níveis de recuperação acentuados e os custos com transportes, com fornecedores e o tempo de entrega têm estado a voltar aos níveis da pré-pandemia.

A rápida acção dos governantes e dos reguladores financeiros conseguiram conter a turbulência, acalmando os mercados financeiros nacionais e internacionais na sequência do colapso de vários bancos de dimensão e importância relevante no sector financeiro, tais como Silicon Valley Bank, do Signature Bank, Credit Suisse e o First Republic Bank.

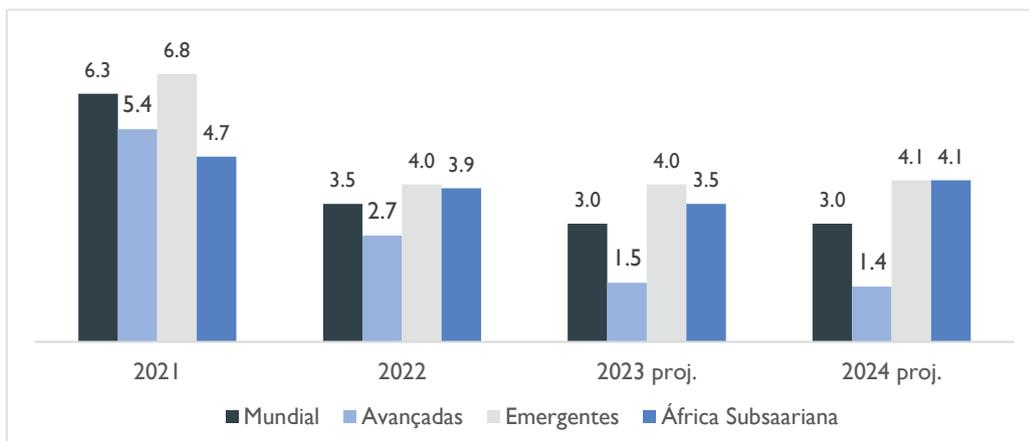
Para as Economias Avançadas, espera-se um crescimento de 1,5% em 2023, inferior a registada em 2022 de 2,7%. Cerca de 93% dessas economias poderão registar um baixo crescimento em 2023 e ainda mais baixo em 2024 de 1,4%.

Estima-se um crescimento de 1,8% em 2023 e 1,0% em 2024 para USA, ambos inferiores ao registado em 2022 de 2,1%. Para a zona euro prevê-se igualmente uma desaceleração de 3,5% em 2022 para 0,9% em 2023 e crescimento em 2024 de 1,5%.

A economia da região da África Subsaariana deverá registar uma desaceleração com crescimento de 3,5% em 2023 comparando com os 3,9% de 2022 e uma recuperação em 2024 com crescimento de 4,1%.



Taxa de Crescimento do PIB Real (%)



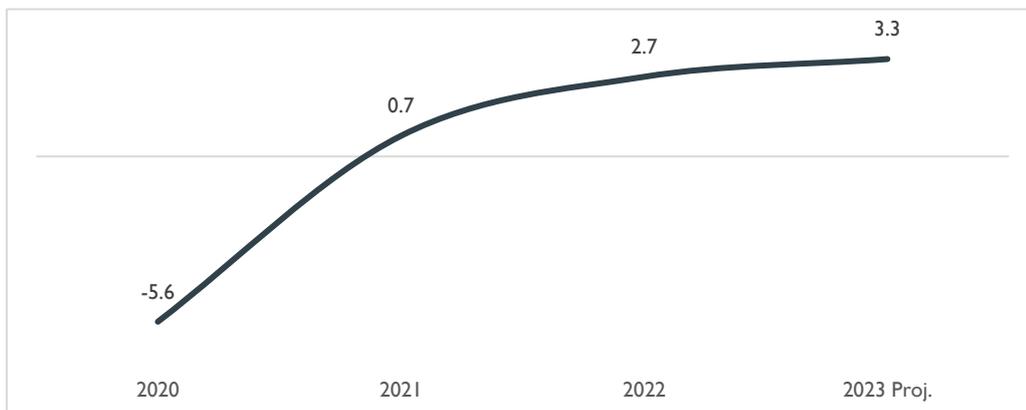
Fonte: World Economic Outlook Julho 2023

Economia Nacional

Economia Real

De acordo com o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado ("OGE"), a expectativa de crescimento do PIB é de 3,3% em 2023.

Taxa de Crescimento do PIB Real (%)



Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE 2023

Para a contribuição do PIB, espera-se que o PIB Petróleo e Gás cresça 2,8% e o PIB não Petrolífero 3,4%.

Ainda em relação ao PIB não Petrolífero, estima-se um crescimento da agricultura de 8,0%, indústria de 2,9%, construção de 11,0%, transporte de 6,0% e comércio de 5,0%.

O PIB decresceu 1,1% entre o IVº trimestre de 2022 e Iº trimestre de 2023, tendo em consideração o ajuste sazonal realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (“INE”). No entanto, face ao trimestre homólogo, entre o Iº trimestre de 2023 e o Iº trimestre de 2022, o PIB cresceu 0,3%.

As actividades que contribuíram negativamente para a variação do PIB no Iº trimestre de 2023 em relação ao IVº trimestre de 2022 foram: Extracção e refino do petróleo (1,1 p.p.); Transporte e Armazenagem (0,8 p.p.); Extracção de diamantes (0,6 p.p.); Pesca (0,6 p.p.); Intermediação financeira e de seguros (0,08 p.p.).

No Iº trimestre de 2023, em termos de participação, as actividades que constituíram factores importantes para o desempenho do PIB foram: o comércio 27,7%, extracção e refinação do petróleo bruto e gás natural com 22,4%, seguida pela agro-pecuária e silvicultura 9,3%; outros serviços com 8,8%, produtos da indústria transformadora 7,3% e a construção 6,8%.

Taxa de Inflação e Política Monetária

A taxa de inflação no mês de Junho de 2023 situou-se em 11,25%, evidenciando-se um acréscimo de 0,63 pontos percentuais em relação ao mês de Maio de 2023.

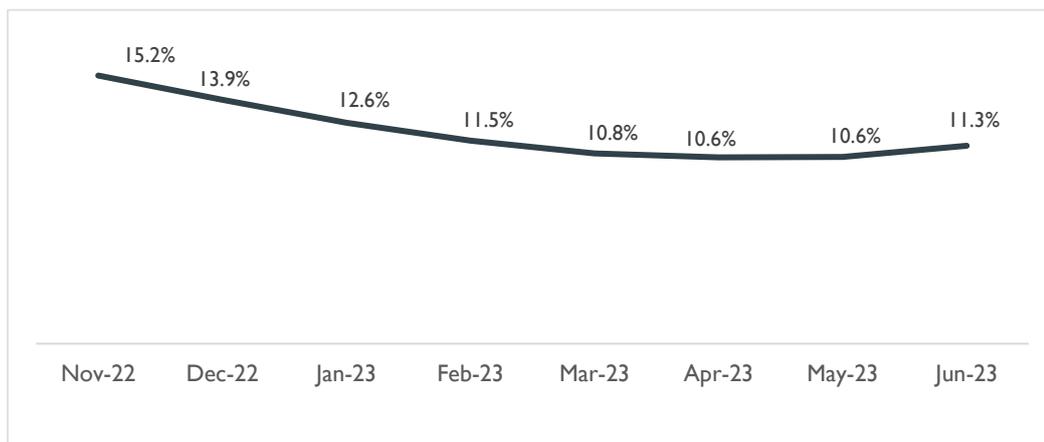
O ressurgimento da pressão inflacionista assenta nas alterações registadas no quadro macroeconómico, sobretudo na redução das receitas de exportação e consequente depreciação cambial, assim como o impacto provocado face as expectativas geradas em torno da redução do subsídio sobre o preço da gasolina.

Face ao cenário de inflação, o Comité de Política Monetária (“CPM”) do Banco Nacional de Angola (“BNA”) na última reunião realizada em Julho de 2023, decidiu manter as Taxas BNA e Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 17% e 13,5% e aumentar a Facilidade Permanente de Cedência Liquidez para 17,5%.

Em termos de perspectivas, o CPM reviu em alta as previsões da taxa de inflação para o intervalo entre 12% a 14% em 2023.



Taxa de Inflação Nacional (%)



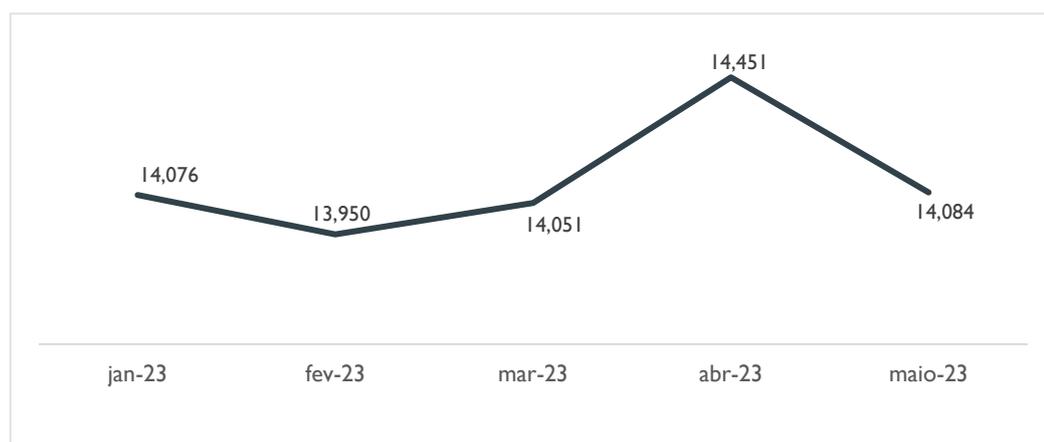
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE), OGE 2023

No domínio monetário, a base monetária em moeda nacional registou uma contracção em termos mensais, acumulados e homólogos de 3,6%, 5,4% e 0,9%, respectivamente. O agregado monetário (M2) em moeda nacional contraiu 2,3% em Junho, reduzindo a variação acumulada desde o início do ano para 3,1% e a homóloga para 6,5%.

Sector Externo e Taxa de Câmbio

As Reservas Internacionais registaram uma redução no final do mês de Junho atingindo os USD 13,6 mil milhões inferior aos USD 14,1 mil milhões no período homólogo.

Reservas Internacionais Líquidas – Mil milhões USD

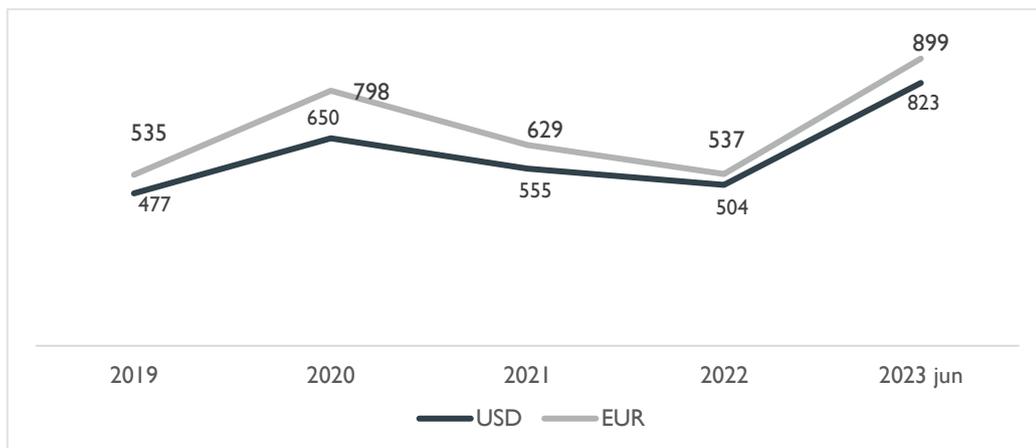


Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA)

Relativamente à taxa de câmbio do 1º semestre de 2023 comparativamente ao ano passado, o kwanza sofreu uma desvalorização acentuada no mercado cambial

de USD/AOA 503,7 para USD/AOA 822,9 em relação ao dólar e de EUR/AOA 537,4 para EUR/AOA 899,2 em relação ao euro.

Taxa de Câmbio (USD/AOA e EUR/AOA)

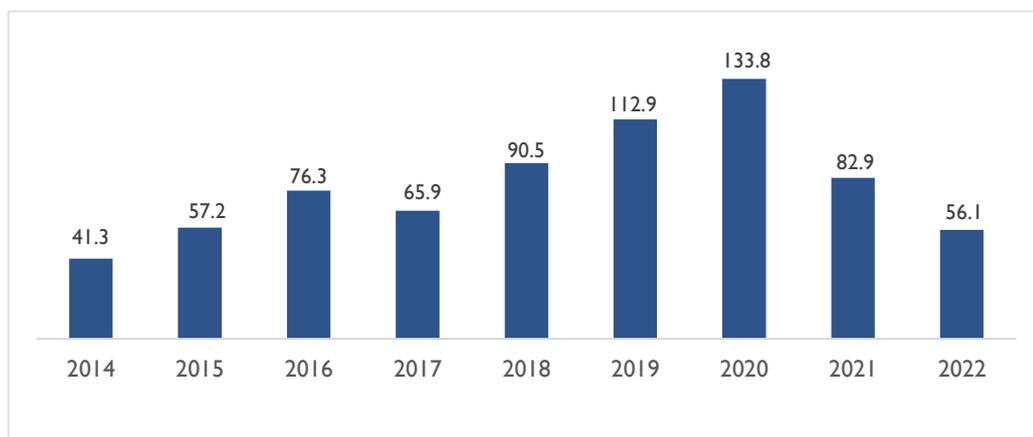


Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA)

Finanças Públicas

No que se refere à dívida pública, o stock da dívida pública estimado para o ano 2022 foi de 56,1% do PIB.

Stock da Dívida Pública (% do PIB)



Fonte: Relatório de Fundamentação do OGE 2023

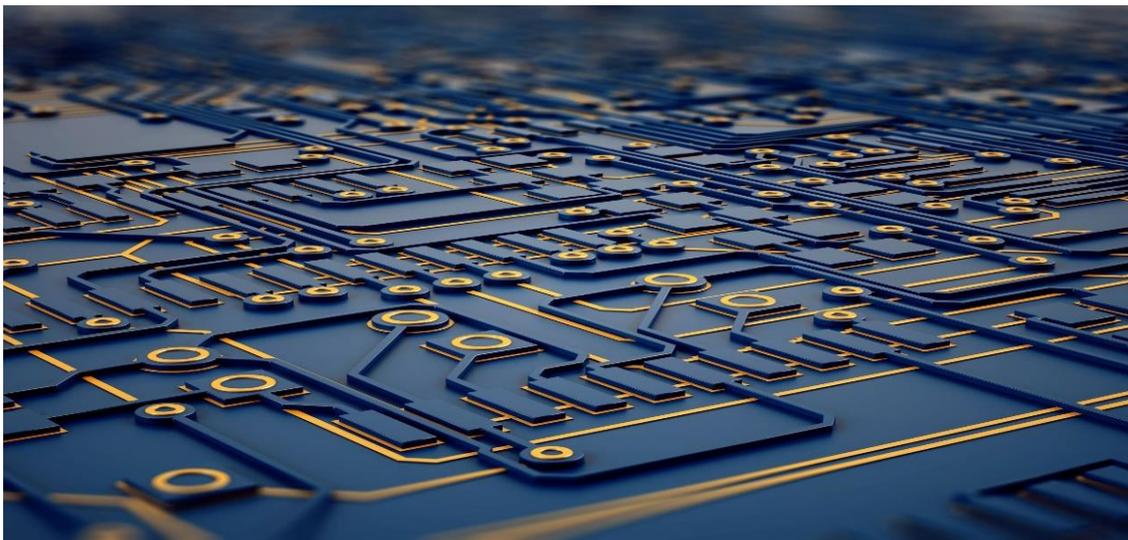
Para fazer face às necessidades de tesouraria do Governo, o Plano Anual de Endividamento para 2023 prevê captar recursos de AOA 6 622 mil milhões, sendo que AOA 3 096 mil milhões serão obtidos no mercado interno e AOA 3 525 mil milhões no mercado externo.

No plano interno, AOA 2 654 mil milhões em dívida titulada e AOA 442 mil milhões em dívida contratual. Em relação ao plano externo, estima-se obter recursos de AOA 255 mil milhões em dívida titulada e AOA 3 270 mil milhões em dívida contratual.

Para o ano de 2023, está prevista a privatização de 62 activos e empresas, que se encontram na esfera do Governo, dos sectores financeiro, indústria, recursos minerais e petróleo, telecomunicações e transportes, pescas, comercio, outros.



III. Mercado de Capitais e os OIC



No 1º semestre de 2023 foi concretizada a realização de transferências de títulos privados que se encontravam na esfera dos bancos comerciais para as Instituições Financeiras não Bancárias ligadas ao Mercado de Valores Mobiliários, como as Sociedades Correctoras ou Distribuidoras de Valores Mobiliários.

Em relação aos títulos públicos, as transferências deverão ocorrer até 31 de Dezembro de 2023.

Essa medida resulta do processo de transferências dos serviços e actividades de investimento em Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados prevista no nº 2 do artigo 440.o, da Lei n.o 14/21, de 19 de Maio.

O novo modelo de funcionamento do Mercado de Capitais prevê que a partir de 1 de janeiro de 2024, os bancos comerciais deixarão de prestar serviços de intermediação e desenvolver actividades de investimento em Valores Mobiliários e Instrumentos Derivados.

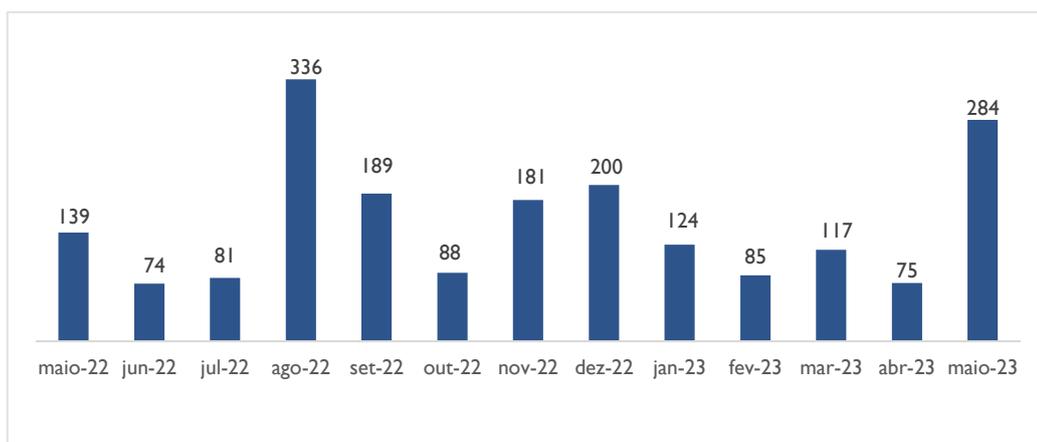
Mercado de Capitais

BODIVA

No 1º semestre de 2023, o mês de Maio 2023 registou o maior volume mensal de títulos negociados no mercado secundário (BODIVA), no montante de AOA 283,5 mil milhões.

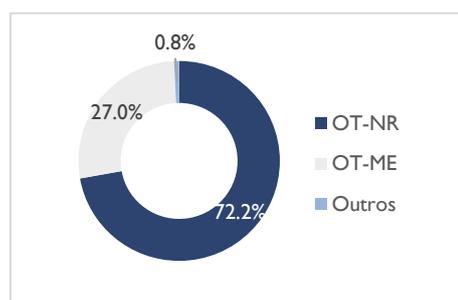
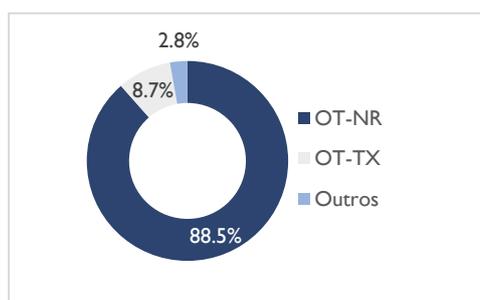
Esse desempenho foi impactado pela retoma das operações entre a Unidade de Gestão da Dívida Pública e contrapartes bancárias, assim como pelas negociações de obrigações do tesouro em moeda estrangeira.

Volume de Negociações Mensal na BODIVA (AOA mil milhões)



Fonte: Performance do Mercado de Capitais de Maio de 2023, CMC

Peso dos Valores Mobiliários nas Negociações na BODIVA

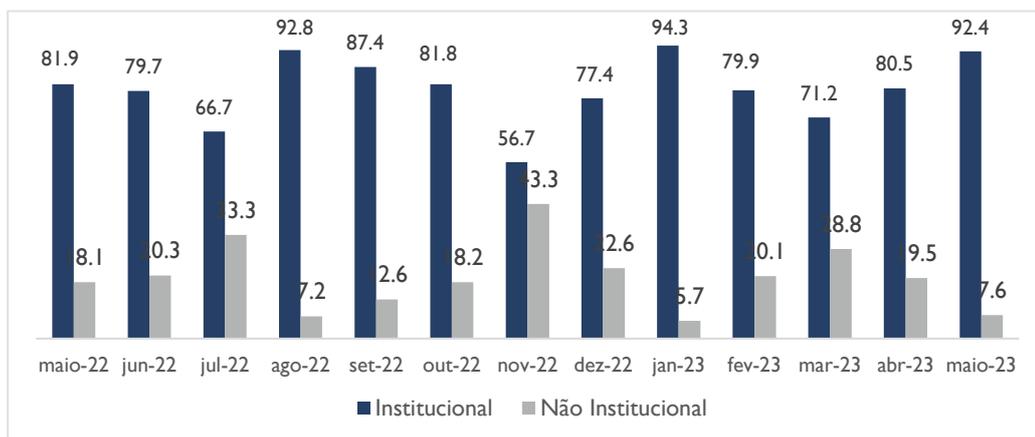


Fonte: Performance do Mercado de Capitais Maio de 2023, CMC

A tipologia de títulos OT-NR foi a mais transacionada. Por outro lado, o novo método de aquisição das OT-ME que permite aos investidores adquirirem os títulos em kwanzas, fez com que o seu peso aumentasse significativamente, representando cerca de 27,0% no geral, as OT-TX 0,8%, unidades de participação representaram 0,02% e as acções cerca de 0,06%.

Ainda em Maio, no que se refere à participação dos investidores na BODIVA, 92,4% das compras foram feitas por investidores institucionais e os restantes 7,62% por investidores não institucionais, o que espelha um grande aumento da quota dos investidores institucionais como resultado do aumento das compras no sector bancário e dos fundos de investimento.

Quota de Participação por Tipologia de Investidores (%)



Fonte: Performance do Mercado de Capitais Maio de 2023, CMC

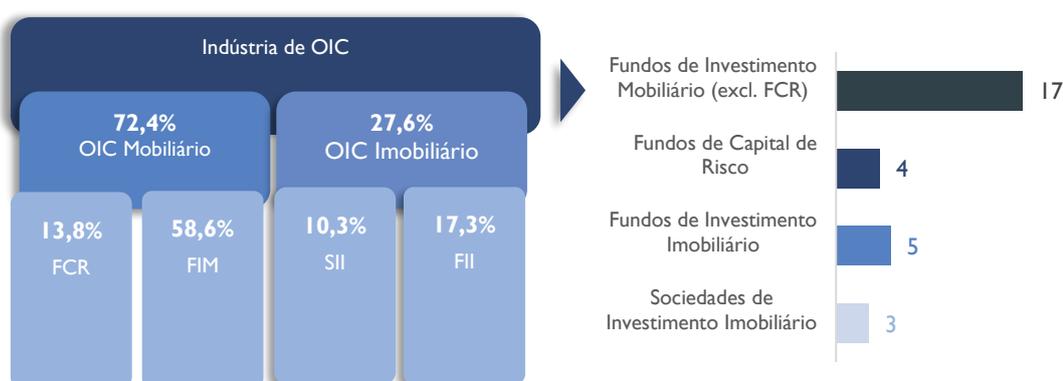
No mês de Maio, o Banco BFA foi o principal intermediário na perspetiva da compra, com uma quota de 23,84%, na perspetiva da venda o BNA foi o intermediário com maior peso com cerca de 39,11% devido a venda das OT-ME em nome da Unidade de Gestão de Dívida Pública.

Organismo de Investimento Colectivo

Em Maio de 2023, encontravam-se registados na CMC 29 Organismos de Investimento Colectivo (“OIC”), um aumento de 1 OIC quando comparado com o mês de Abril de 2023.

Dentre estes, 21 correspondiam a fundos de investimento mobiliário (dos quais 4 de capital de risco e 17 fundos de investimento mobiliário), 5 fundos de investimento imobiliário (FII) e 3 sociedades de investimento imobiliárias (SII) de capital fixo.

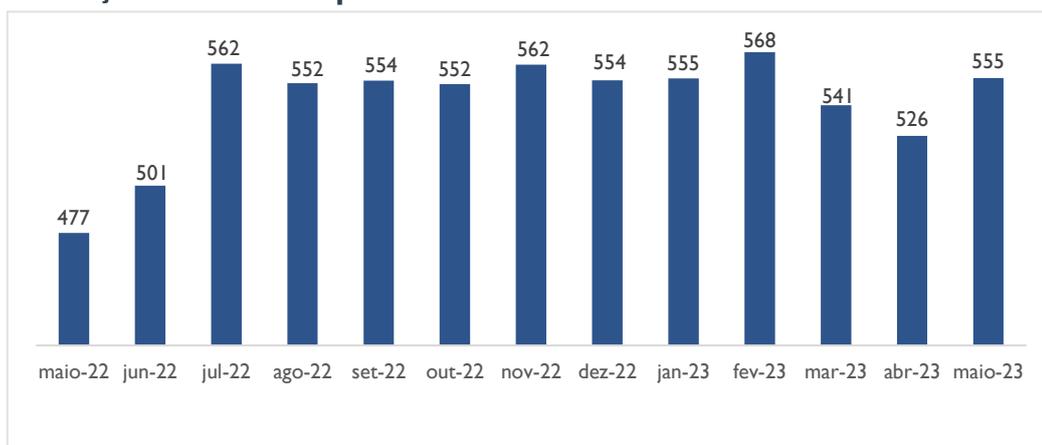
Dimensão do Mercado de OIC por nº Veículos Registrados



Fonte: Performance do Mercado de capitais Maio 2023, CMC

Os activos sob gestão dos OIC atingiram em Maio de 2023 um total de AOA 555,04 mil milhões, um incremento de 5,5% em relação ao mês anterior e um aumento de 16,4% quando comparado com o periodo homólogo.

Evolução do Valor Líquido Global – Mil milhões de kwanzas



Fonte: Performance do Mercado de capitais Maio 2023, CMC

IV. Actividade em 2023

A performance da economia angolana no 1º semestre de 2023 foi particularmente marcante pelo início da remoção dos subsídios aos combustíveis o que resultou num aumento do preço da gasolina em 87%. O Governo, considerou que a subvenção aos derivados de petróleo tem criado pressões às finanças públicas devido a um custo fiscal crescente e insustentável no longo prazo. A estratégia do Governo, prevê ainda a remoção gradual da subvenção ao gasóleo, sendo este combustível de impacto significativo na economia. Por forma a mitigar os impactos da remoção da subvenção, o Governo implementou um conjunto de medidas de apoio, tais como, subvenção à agricultura e pesca, taxistas e transportes de mercadorias. O outro aspecto marcante para a economia no decorrer do 1º semestre foi a depreciação da moeda face às principais moedas mundiais. Desde o início do ano a moeda apresentou uma depreciação de cerca de 63% face ao dólar americano. É estimado que ambas as situações venham a contribuir para a aceleração da inflação.

A actividade da SGHCP, apresentou uma performance positiva que nos permitiu concluir o 1º semestre de 2023 com um Activo Líquido de AOA 3,3 Mil milhões, Proveitos de AOA 1,5 Mil milhões e um Resultado Líquido de AOA 523 milhões. No início do ano deu-se lugar a redução da comissão de gestão do Pactual Property Fund, passando para 0,95% ao ano (vs. 1,5% ao ano até 31 de Janeiro de 2023), com impacto nos proveitos alcançados no 1º semestre. Considerando a evolução que tem se verificado na carteira dos activos sob gestão, e por forma a melhorar o modelo de fees do Fundo, a Sociedade e os Participantes do Fundo acordaram em adoptar uma taxa flexível de acordo com a evolução do Valor Líquido Global do Fundo.

O compromisso da SGHCP com a Sustentabilidade permitiu-nos ao longo do 1º semestre de 2023 visitar e iniciar o trabalho de definição de políticas, iniciativas e métricas Económicas, Sociais e de Governance ("ESG") para todas as nossas áreas, tendo sido criada uma equipa sob a responsabilidade do Chief Sustainability Officer, que entre outras responsabilidades fará o acompanhamento das métricas, identificação e apoio na implementação das melhorias.

Com a evolução do negócio, prosseguimos com o reforço do conhecimento das nossas Pessoas, com formações específicas relacionadas com a função desempenhada pelo colaborador, bem como, através de formações transversais que consideramos cruciais para: i) acompanhar a evolução da nossa actividade; e ii) compreender e gerir os riscos que a nossa actividade se encontra exposta.

Com o intuito da contínua aposta em solidificar os nossos controlos internos, celebramos um contrato com uma instituição de renome para avaliar e apoiar na consolidação dos processos, manuais e políticas existentes nas áreas de controlo interno.

No decurso do 1º semestre de 2023, demos continuidade ao processo de reestruturação da nossa infraestrutura tecnológica e de comunicações para permitir o acompanhamento da evolução da nossa actividade, tendo sido reforçado os nossos protocolos e equipamentos ao nível de segurança cibernética, bem como a dotação da nossa equipa de Tecnologias com mais colaboradores.

Além do foco no crescimento do negócio, onde actuamos na consolidação da nossa estratégia de diversificação, suportada pela criação de novos OIC's e celebração de parcerias estratégicas com entidades nacionais e internacionais.

V. OIC sob gestão da HCP

A SG Hemera Capital Partners - SGOIC, S.A. tem sob sua gestão 1 OIC imobiliário, 2 OICs mobiliários e 1 OIC de Capital de Risco, totalizando mais de AOA 346 mil milhões em activos sob gestão.



Liquidez Prime Fund

- Fundo de Investimento Mobiliário Aberto;
- Fundo de subscrição pública;
- AuM > AOA 10 mil milhões.



Atlântico Protecção

- Fundo de Investimento Mobiliário Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > 1 AOA mil milhões.



Pactual Property Fund

- Fundo de Investimento Imobiliário Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > AOA 332 mil milhões.



Dual Impact Fund

- Fundo de Investimento de Capital de Risco Fechado;
- Fundo de subscrição particular;
- AuM > AOA 3 mil milhões.

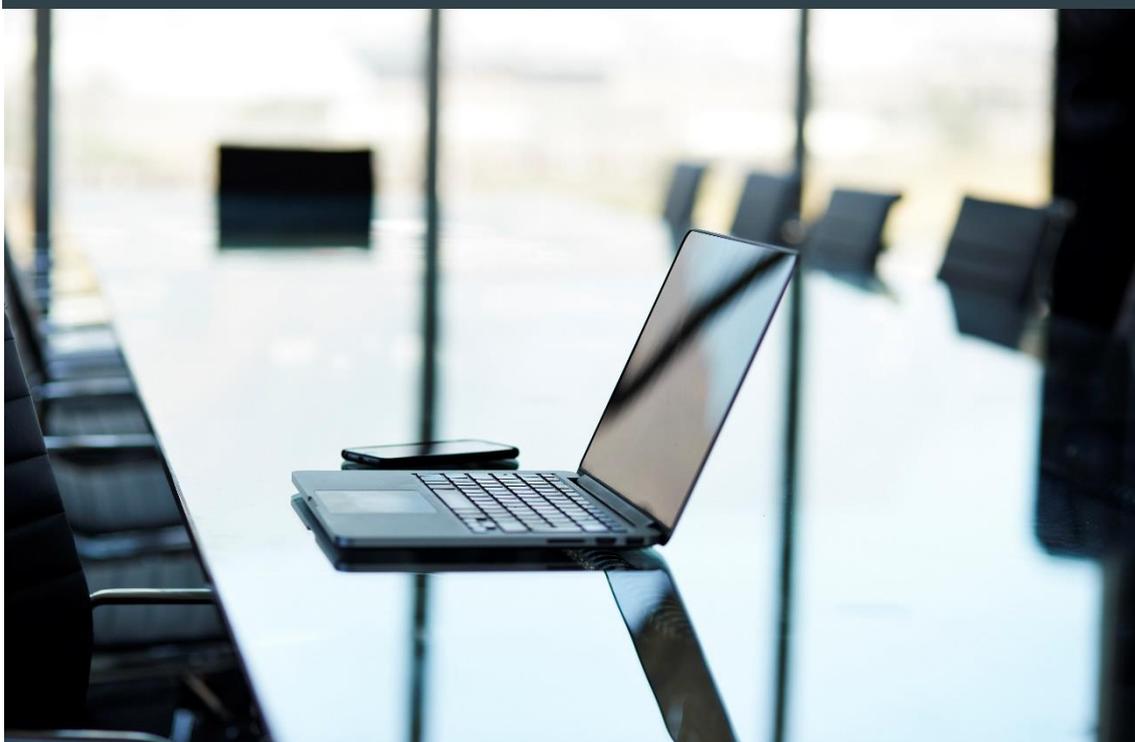
Liquidez Prime Fund

Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Liquidez Prime Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (“Liquidez” ou “Fundo”), foi constituído em 3 de Junho de 2016, com um Valor Líquido Global (“VLG”) de AOA 3 317 milhões. O Fundo é gerido pela SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A..

O Liquidez Prime Fund tem como objectivo de investimento alcançar uma valorização do capital, através da constituição e gestão profissional de uma carteira de valores composta por activos mobiliários, maioritariamente de mercado monetário, nos termos e segundo as regras previstas em regulamento da Comissão de Mercado de Capitais e no Regulamento de Gestão do Fundo.



Liquidez Prime Fund

Política de Investimento

Liquidez Prime Fund Política de Investimento

O património do Fundo será composto, em permanência, por 85% do seu VLG investido em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários locais com prazo de vencimento inferior a 12 meses, nomeadamente, bilhetes do tesouro, títulos do banco central, depósitos bancários, certificados de depósito, papel comercial e outros activos representativos de dívida.

O Fundo de investimento é caracterizado como sendo de baixo risco, na medida em que não pode investir em acções ou *commodities*, obrigações subordinadas, obrigações convertíveis ou obrigações que confirmam o direito de subscrição de acções ou de aquisição a outro título de acções, títulos de participação, ou unidades de participação de fundos cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos activos atrás referidos.

O Fundo pode contrair empréstimos, previamente autorizados pela CMC, com duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de 1 ano e até ao limite de 10% do seu VLG.

Liquidez Prime Fund

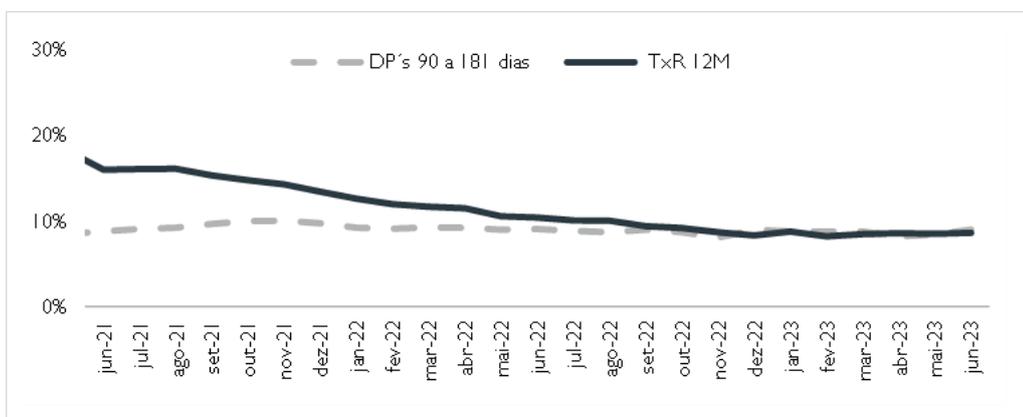
Actividade do Fundo

Desde a sua constituição no 2º semestre de 2016, o Liquidez Prime Fund tem dado continuidade à sua estratégia de divulgação e comercialização activa no mercado a fim de obter novos participantes, aumentar os seus activos sobre gestão e obter as melhores rentabilidades possíveis tendo em conta a sua política de investimento. A comercialização das suas Unidades de Participação é realizada pelo Banco Millennium Atlântico, S.A. e pela sua Sociedade Gestora.

A equipa de gestão do Fundo tem vindo a avaliar a melhor estratégia de conseguir chegar a mais investidores, analisando diferentes alternativas que possam apoiar essa intenção. Neste sentido, o 1º semestre de 2023 foi marcado pela alteração do nome do fundo de Fundo Atlântico Liquidez para Liquidez Prime Fund.

Em termos de gestão de activos, foi dada continuidade à estratégia de investimento de diversificação na tipologia de instrumentos de poupança existentes no país, tendo a performance do Fundo no período de Junho de 2020 a Junho de 2023 seguido a seguinte evolução:

Rentabilidade mensal anualizada do Liquidez Prime Fund

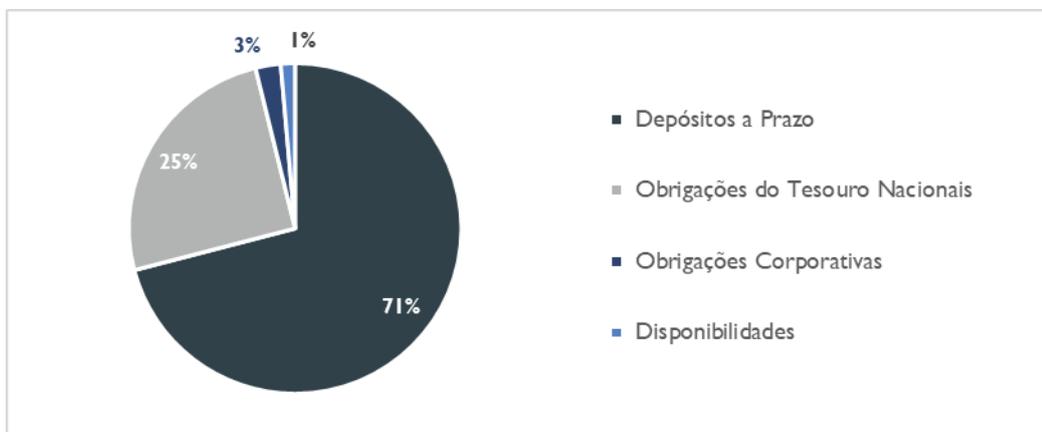


Fonte: Análise Hemera Capital Partners

O Fundo apresentou uma rentabilidade year-to-date de 8%. A rentabilidade do Fundo foi influenciada pelas rentabilidades dos ajustamentos das *yields* das OT-NR no 1º semestre de 2023 e das taxas de depósitos a prazo praticadas pelas instituições financeiras bancárias.

No início de 2023, o Fundo incorporou na sua carteira de activos obrigações corporativas, conferindo desta forma maior diversidade de produtos aos activos que compõem a sua carteira.

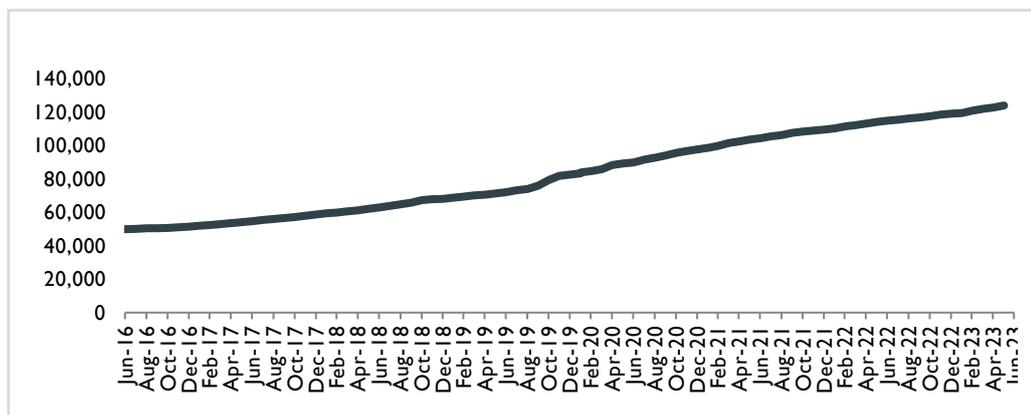
Composição da Carteira do Fundo em 30 de junho de 2023



Fonte: Análise Hemera Capital Partners

O balanço do Fundo a 30 de Junho de 2023 evidenciava um total de AOA 10 156,20 milhões em Activos e Fundos Próprios de AOA 10 069,90 milhões, incluindo um resultado líquido de AOA 354,40 milhões. O Fundo terminou o 1º semestre de 2023 com 81 099 Unidades de Participação subscritas com um valor unitário de AOA 124 167,50 e VLG de AOA 10 069,86.

Evolução do valor das Unidades de Participação (AOA)



Fonte: Análise Hemera Capital Partners

IV. Perspectivas para o 2º Semestre de 2023

Reforçar a Identidade

No estudo de reforço da identidade do fundo no mercado, como um fundo pioneiro e de referência do sector financeiro, a HCP já materializou a alteração do nome Fundo e está a analisar o perfil de comunicação mais adequado em função deste tipo de produto financeiro.

Estratégia do Fundo

A HCP pretende dar continuidade à estratégia de aplicação da liquidez gerada por novas subscrições e prosseguir com os investimentos em vigor, com um foco para os instrumentos disponíveis no mercado que ofereçam as melhores rentabilidades no curto prazo, salvaguardando a manutenção de liquidez suficiente para honrar as eventuais necessidades de resgate dos investidores.

Diversificação da Rede de Distribuição

A HCP prevê vir a implementar mecanismos e estratégias que permitam o acesso às unidades de participação do Fundo a cada vez mais subscritores, seja por parcerias com entidades correctoras/distribuidoras, e por intermédio da BODIVA.

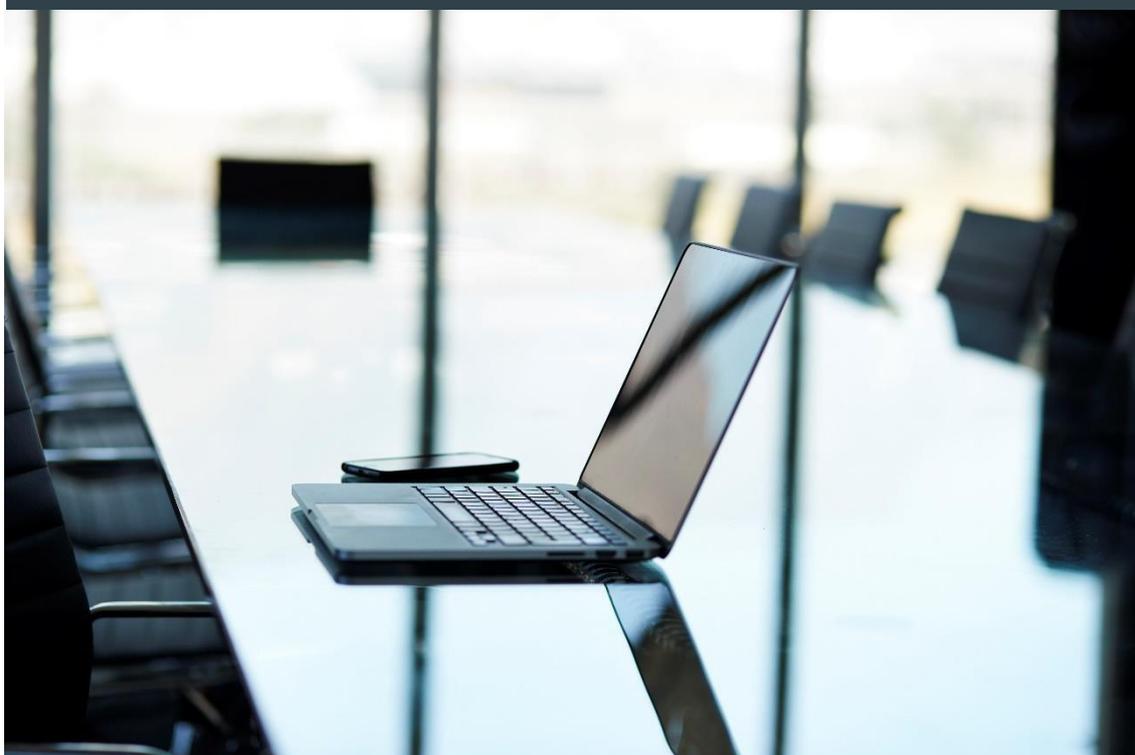
Atlântico Protecção

Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Fundo Atlântico Protecção – Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado (“Atlântico Protecção ou Fundo”), foi constituído em 12 de Julho de 2017, com VLG de AOA 1 010 355 mil e com uma duração de cinco anos renovável por períodos semelhantes. O Fundo é gerido pela SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A. (“HCP”).

O Atlântico Protecção tem como objectivo de investimento, proporcionar aos participantes o acesso a uma carteira como obrigações do tesouro indexadas ao dólar.



Atlântico Protecção

Política de Investimento

O Fundo foca-se principalmente em formar uma carteira constituída por instrumentos financeiros representativos de dívida emitida pela República de Angola, indexadas a USD/AOA, investindo o excesso de caixa em instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários com prazo de vencimento residual inferior a 12 meses.

O Fundo iniciou a sua actividade no 2º semestre de 2017 com a subscrição em espécie de OT no valor de AOA 1 010 355 mil, que foram objecto de parecer de Relatório de Perito Contabilista nos termos do artigo 44.º do Regulamento da Comissão de Mercado de Capitais n.º 4/14 de 30 de outubro.

Atlântico Protecção

Actividade do Fundo

A constituição deste Fundo, veio ampliar a oferta a investidores que procuram alternativas aos produtos actualmente disponíveis no mercado, nomeadamente Depósitos a Prazo, tendo uma expectativa de rentabilidade do investimento realizado a Médio/Longo Prazo, oferecendo aos participantes do Fundo vantagens fiscais, simplicidade operacional e protecção cambial.

No entanto, por decurso do prazo de maturidade do Fundo, o seu participante único entendeu não proceder a solicitação de um pedido de prorrogação da maturidade do Fundo. Essa decisão foi influenciada pelo contexto macroeconómico verificado no final de 2022, com a estabilidade registada no mercado cambial, com a apreciação e variações muito suaves da taxa de câmbio que impactou negativamente na performance do Fundo.

Assim sendo, a Sociedade Gestora encetou a preparação dos elementos necessários para o pedido de dissolução e liquidação do Fundo junto do regulador.

Para além dessa acção, a equipa de gestão do Fundo procedeu a alinação de todos activos financeiros que se encontravam na carteira de investimento e com o produto dessas vendas, o recurso financeiro disponível na conta do Fundo tem sido rentabilizado através de aplicação em depósitos a prazo, de curta maturidade para permitir a flexibilidade necessária para encerramento do Fundo.

A comunicação ao regulador da dissolução do Fundo foi realizada durante o primeiro semestre de 2023 e encontra-se em curso a preparação do processo de liquidação.

Atlântico Protecção

Perspectivas para o 2º semestre de 2023

Fruto do trabalho que tem sido realizado pela equipa de gestão do Fundo, tendo cumprido com os requisitos necessários para apresentação do pedido de dissolução junto do regulador e estando em curso a organização de toda a informação necessária para o cumprimento da liquidação, é expectável que o encerramento do Fundo venha a ocorrer ainda durante o IIº semestre de 2023.

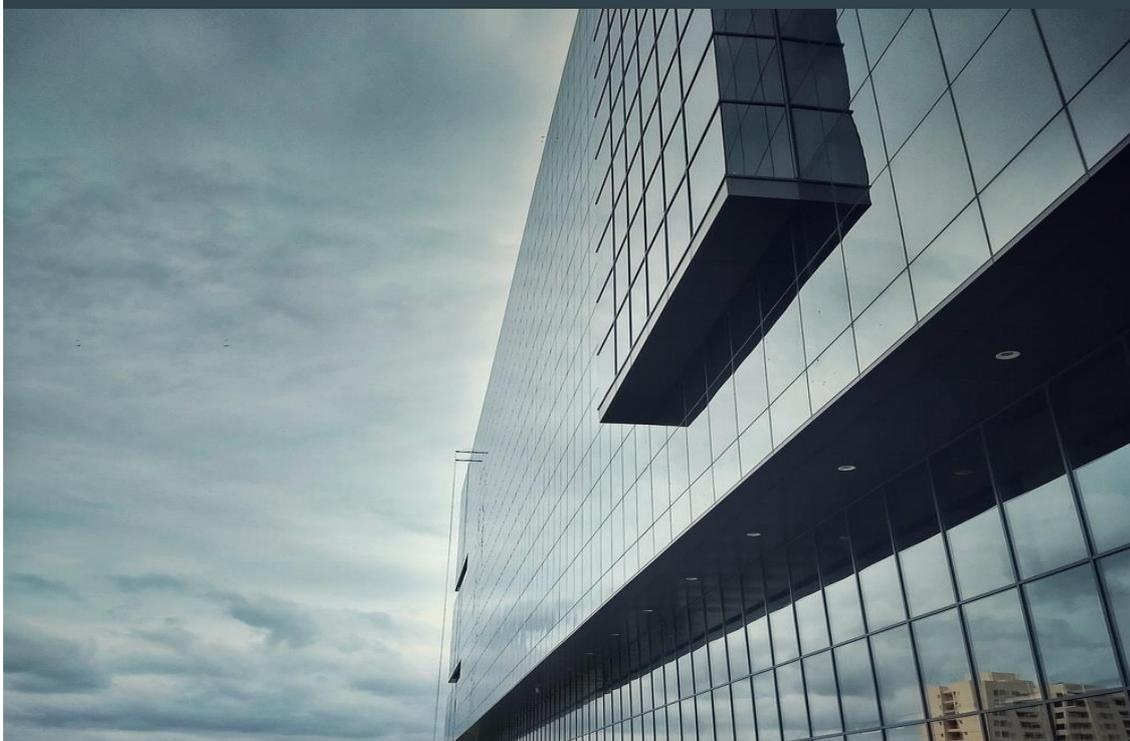
Esse processo consiste em identificar e liquidar todas as responsabilidades pendentes junto de quaisquer entidades públicas ou privadas, a realização do fecho de contas, auditoria de liquidação, o apuramento do valor da unidade de participação e distribuição ao participante do valor líquido global do Fundo.

Pactual Property Fund

Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Pactual Property Fund – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“Pactual Property Fund”), constitui-se como um Fundo de Investimento Imobiliário, de subscrição particular, gerido pela SG Hemera Capital Partners constituído a 6 de Junho de 2016, e com duração de 5 anos prorrogável por períodos semelhantes.



Pactual Property Fund

Política de Investimento

POLÍTICA DE INVESTIMENTO



Construção e desenvolvimento de projectos imobiliários



Imóveis ou fracções destinadas a retalho/comércio ou escritórios



Imóveis ou fracções destinadas a armazéns ou indústria

A política de investimento do Pactual Property Fund orienta-se por princípios de segurança, rigor, rentabilidade, liquidez e diversificação de risco, segundo os critérios e perspectivas da Sociedade Gestora, de modo a alcançar, numa perspectiva de longo prazo, uma valorização satisfatória do capital e uma remuneração das aplicações, através da constituição e gestão profissional de uma carteira de valores constituída por activos imobiliários.

Os investimentos imobiliários do Fundo são efectuados de acordo com os critérios definidos pela Sociedade Gestora e sempre dentro dos limites impostos pela legislação em vigor.

O Pactual Property Fund dirigirá preferencialmente o seu investimento para a aquisição de activos imobiliários, sendo efectuados preferencialmente nas seguintes áreas: aquisição de imóveis ou fracções destinadas a retalho/comércio, escritórios, armazéns ou indústria. Adicionalmente, poderão ser incluídos a construção e desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, respectiva promoção e colocação no mercado. O Fundo irá promover o arrendamento dos imóveis em carteira, sempre que tal seja o seu fim, com vista a permitir o bom aproveitamento das condições de mercado.

Tendo o Fundo como objectivo a aquisição de activos imobiliários, pode a Sociedade Gestora alienar activos imobiliários do Pactual Property Fund de forma a garantir o melhor interesse dos participantes do Fundo, numa óptica de geração de liquidez e/ou mais-valias.

A título acessório pode investir a sua liquidez em:

Depósitos Bancários
e.g. Depósitos a Prazo

Unidades de Participação em fundos de tesouraria

Valores Mobiliários emitidos ou garantidos pelo Estado Angolano

Pactual Property Fund

Actividade do Fundo

Aquisição de Imóveis

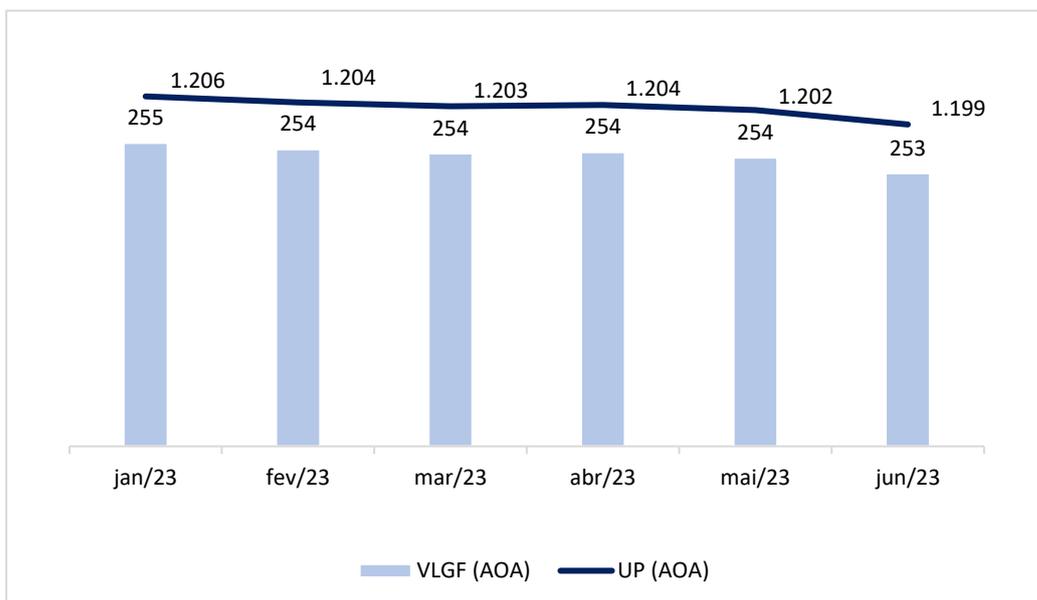
Em Junho de 2023 o Fundo adquiriu I (um) imóvel, correspondente à Parcela I da Baía de Luanda. Este imóvel encontra-se avaliado num total aproximado de AOA 70 mil Milhões.

Evolução do Valor do Fundo no primeiro semestre de 2023

No que diz respeito à evolução do VLG do Fundo e Valor da UP é importante referir:

- No primeiro semestre de 2023 o valor da UP atingiu os cerca de AOA 1 199 mil e o seu VLG cerca de AOA 253 mil milhões.

Evolução do VLG (AOA mil milhões) e Valor da UP (AOA milhões)



Comercialização

No primeiro semestre do ano, o Fundo registou cerca de 177 manifestações de interesse por parte de potenciais clientes interessados na compra e/ou arrendamento de imóveis em carteira, tendo-se destas, materializado mais de 113 visitas presenciais e um total de 24 processos de arrendamento contratualizados, em diferentes segmentos (i.e. habitação, escritórios e comércio) e com contrapartes que vão desde particulares a empresas.

Plataforma Digital Real Estate

A plataforma digital do Fundo foi lançada com sucesso no ano de 2021, sendo que no ano de 2022 foi concluída a fase 2, que envolveu a captação fotográfica e criação de tours virtuais dos restantes imóveis em carteira localizados em Luanda. No primeiro semestre de 2023, deu-se o início da fase 3 do Digital Real Estate (DRE), que abrange os imóveis em carteira localizados nas remanescentes províncias de Angola.

A qualidade deste projecto foi reconhecida durante o ano 2022, tendo o Fundo sido galardoado com o prémio para Transformação Digital em Corporate Innovation na 3ª Edição do Angola Innovation Summit, confirmando a adesão e relevância do projecto não só no mercado angolano, como nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPS).

Esta plataforma tem reduzido a necessidade de deslocações para visitas presenciais aos imóveis, o que para além de gerar ganhos de eficiência, permite uma redução das emissões de carbono pelas deslocações associadas.

Digital Real Estate



Tour virtual 3D



Vídeos promocionais



Projectos de design 3D



Desenvolvimento Imobiliário

O Fundo tem em curso a negociação de modelos de parceria que permitam explorar de forma inovadora e eficiente o mercado imobiliário nacional, entregando valor aos seus investidores e utilizadores, tendo como racional o desenvolvimento imobiliário dos terrenos da carteira do Fundo, pelo potencial que representam devido à sua localização estratégica, assim como, pelas características propícias para serem desenvolvidos ao abrigo do Aviso 09/2022 do BNA.

Para o efeito foram identificados parceiros e desenvolvidos memorandos de entendimento (“MoU”) com os mesmos, que identificam os interesses e responsabilidades das partes envolvidas nas parcerias.

Plano de Comunicação do Fundo

Como forma de promover a comercialização dos imóveis do Fundo, quer por via de arrendamento, quer por venda, foi desenvolvido um plano de comunicação do Pactual Property Fund, tendo em conta a estratégia comercial definida para o mesmo, que prevê o aumento do engajamento na Plataforma DRE através de comunicação em diferentes redes sociais, que permitirão direccionar potenciais clientes para a plataforma.

A materialização do plano de comunicação teve início no primeiro trimestre de 2023, estando em curso a sua implementação no decorrer dos restantes trimestres.

Reavaliações de Imóveis da Carteira

Durante o primeiro semestre do ano, foram reavaliados cerca de 43 activos imobiliários da carteira do Fundo, correspondendo a 5 terrenos, 1 espaço comercial e 37 fracções habitacionais, tendo no total, originado uma mais-valia de cerca de AOA 550 milhões.

Pactual Property Fund

Perspectivas para o 2º semestre de 2023



Manutenção do Plano de Comunicação do Fundo

A HCP pretende continuar a promover estratégias de rentabilização da carteira do Fundo, e para o efeito, encontra-se a implementar o Plano de Comunicação estratégico definido em 2022, estando previsto para o próximo semestre a contínua actualização das páginas do Fundo nas redes sociais Facebook, Instagram e LinkedIn, fomentando assim a divulgação dos imóveis em carteira a um número maior de potenciais clientes.

Desenvolvimento de Terrenos em carteira

Encontra-se em curso um plano que garante a evolução do processo de desenvolvimento de Terrenos em carteira, incluindo o licenciamento de projectos actualmente em curso, e a continuação de formalização de parcerias com entidades Construtoras, Mediadoras e Promotoras para terrenos orientados para o desenvolvimento de projectos habitacionais ou de logística.

Digital Real Estate (Fase 3)

Está em curso e prevista continuação do processo no próximo semestre, a captação e integração de mais 10 imóveis adicionais no website, maioritariamente imóveis localizados fora de Luanda, o que irá permitir que potenciais clientes possam realizar *tours* virtuais de imóveis cuja localização geográfica é distante da capital sem terem de se deslocar aos mesmos, promovendo a divulgação e comercialização destes imóveis.

Reavaliação da Carteira

Encontra-se prevista a reavaliação dos imóveis em carteira que não foram objecto de avaliação no primeiro semestre, perfazendo até ao final do presente ano, a reavaliação da totalidade da carteira imobiliária do Fundo.

Dual Impact Fund

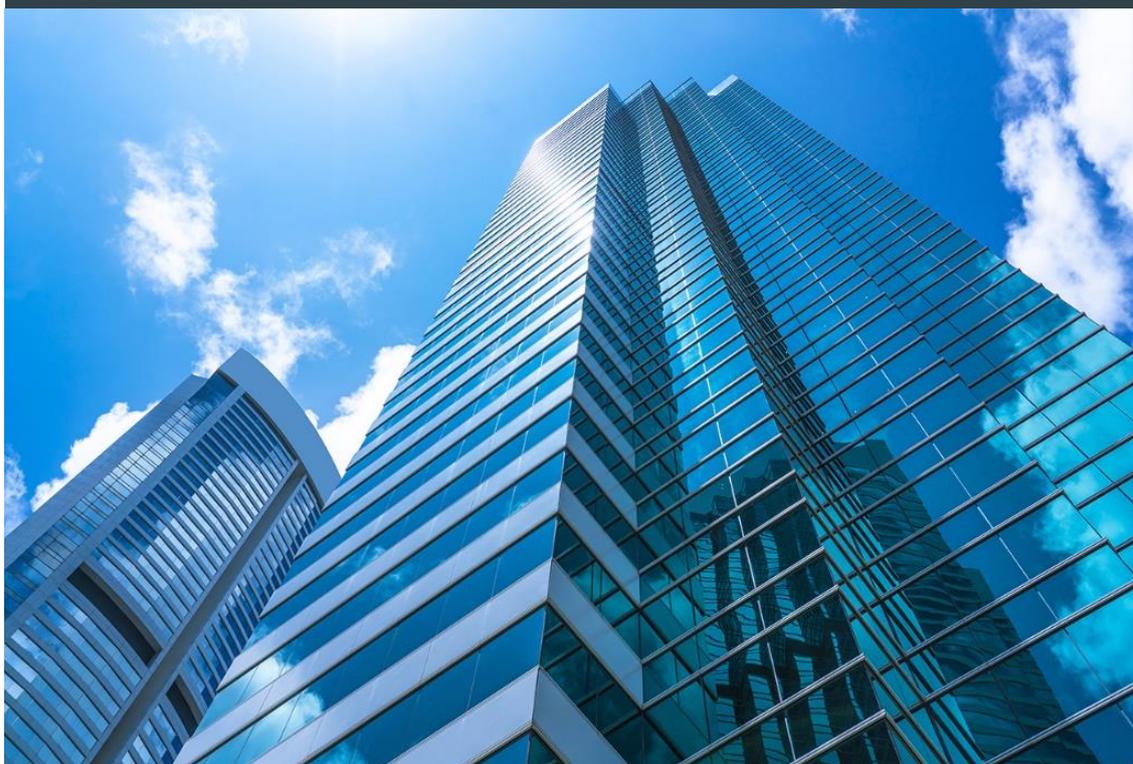
Enquadramento

Organismo de Investimento Colectivo

O Dual Impact Fund – Fundo de Investimento em Capital de Risco Fechado (“DIF” ou “Fundo”), foi registado a 05 de Agosto de 2021. O Fundo é gerido pela SG Hemera Capital Partners – SGOIC, S.A..

O Dual Impact Fund investirá principalmente em sociedades recém-criadas, em desenvolvimento e com elevado potencial em sectores de actividade relevantes ao nível do seu crescimento e de impacto social. As empresas ou projectos alvo deverão ter o potencial de serem negócios sustentáveis, com base em critérios ESG, e poder beneficiar de inovação como forma de crescimento.

A estratégia de investimento poderá variar entre investimento em sociedades em fase inicial, investimentos em sociedades numa estratégia de “buy-and-build” e sociedades em expansão.



Dual Impact Fund

Política de Investimento

As sociedades em que o Fundo investirá serão sociedades sediadas em Angola, salvo decisão em contrário devidamente fundamentada pela Entidade Gestora.

O Fundo poderá (i) investir em instrumentos de capital próprio, valores mobiliários ou direitos convertíveis, permutáveis ou que confirmam o direito à sua aquisição, bem como em instrumentos de capital alheio; (ii) prestar garantias em benefício das sociedades em que participe, em resultado do investimento realizado nos instrumentos referidos; (iii) aplicar eventuais excedentes de tesouraria em instrumentos financeiros; (iv) realizar operações financeiras que se revelem necessárias ao desenvolvimento da sua actividade; e (v) adquirir unidades de participação de fundos de investimento de capital de risco.

Está vedado ao Fundo:

- a) Investir em valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado que excedam 50% do respectivo activo do Fundo, não se considerando para este efeito como investimento as operações correntes de tesouraria realizadas com sociedades que dominem a Entidade Gestora ou que com esta mantenham uma relação de grupo, em momento anterior à constituição do Fundo;
- b) Deter instrumentos de capital próprio, por período seguido ou interpolado, superior a 10 (dez) anos;
- c) Adquirir ou possuir bens imóveis, exceptuando-se os que lhe advenham por efeito de cessão de bens, dação em cumprimento, ou por qualquer outro meio legal de cumprimento das obrigações ou destinado a assegurar esse cumprimento;
- d) Adquirir e co-investir com a Entidade Gestora em outros organismos geridos pela Entidade Gestora ou por pessoas e entidades relacionadas com a Entidade Gestora, incluindo membros dos órgãos sociais e colaboradores da Entidade Gestora;
- e) Deter mais de 25% das unidades de participação de um mesmo organismo de investimento colectivo, a não ser que tal se encontre autorizado por deliberação da Assembleia de Participantes e que tal investimento tenha obtido parecer favorável por parte do Conselho Consultivo, com excepção do período de investimento em que a detenção é livre.

No período de investimento, enquanto o Fundo não tenha aplicado os montantes obtidos pela subscrição de unidades de participação, o Fundo poderá investir em instrumentos de capital garantido (isto é, em que não haja risco de perda do capital investido) e de curto prazo, designadamente:

- a) Em depósitos bancários a prazo;
- b) Produtos financeiros de capital garantido;
- c) Fundos de investimento de tesouraria;
- d) Certificados de aforro;
- e) Títulos de dívida pública;
- f) Papel comercial ou bilhetes do tesouro.

O Fundo é agnóstico em termos sectoriais, mas existem sectores preferenciais:

- a) Habitação Acessível;
- b) Agricultura;
- c) Logística;
- d) Serviços Financeiros;
- e) Manufatura;
- f) Energia;
- g) Saúde e Educação.

Sendo um fundo de impacto que pretende contribuir positivamente para o desenvolvimento de uma Sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, devendo para o efeito não investir directa ou indirectamente em empresas cuja actividade de negócio consista em:

1. Actividade económica ilegal, i.e. qualquer produção, comércio ou outra actividade, que seja ilegal de acordo com as leis de Angola e nas quais o fundo e as suas participadas operem, incluindo sem limitar, clonagem humana para fins reprodutivos;
2. Produção ou comércio de armas e munições;
3. Produção ou comércio de bebidas alcoólicas (excepto vinho e cerveja);

4. Produção ou comércio de tabaco;
5. Jogo, casinos, ou empresas equivalentes;
6. Comércio de espécies selvagens ou produtos de espécies selvagens regulamentados pela CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Silvestres Ameaçadas de Extinção);
7. Produção ou comércio de materiais radioactivos;
8. Produção, comércio ou uso de fibras de amianto;
9. Operações comerciais de exploração madeireira em florestas tropicais;
10. Produção ou comércio de produtos farmacêuticos proibidos ou em fase de retirada do mercado;
11. Produção ou comércio de pesticidas/herbicidas proibidos ou em fase de retirada do mercado;
12. Actividades de pesca que recorram a redes de pesca com mais de 2,5 km de comprimento;
13. Produção ou atividades que envolvam formas prejudiciais ou exploradoras de trabalho forçado / trabalho infantil prejudicial;
14. Produção ou comércio de madeira ou outros produtos florestais, exceto florestas manejadas de forma sustentável.

Dual Impact Fund

Actividade do Fundo

O Fundo foi capitalizado com AOA 3 075 milhões, durante o ano de 2022, conforme montante inicial previsto no seu regulamento de gestão.

Após isso, foram realizadas diversas acções para constituição de um pipeline robusto e com projectos de interesse para o Fundo.

Durante o 1º semestre de 2023, o fundo recebeu vários pedidos de investimentos, fruto dos contactos desenvolvidos junto das empresas previamente identificadas e efectuadas análises de oportunidades de investimento.

Esse pipeline foi realizado com bastante abertura e flexibilidade, não tendo o Fundo imposto qualquer restrição face ao estágio de desenvolvimento dos projectos, o que permitiu a constituição de uma carteira com uma base de projectos mais alargada.

Os projectos em carteira são de diferentes sectores da actividade, agricultura, transporte, financeiro, saúde, educação, logística, energia, águas, outros.

Desse modo, foi possível realizar uma análise mais abrangente das oportunidades de investimento disponíveis no mercado, identificando o potencial de cada projecto, em função de um conjunto de indicadores utilizados pelo Fundo, que mede a competência da equipa de gestão, o modelo de negócio, o estágio de desenvolvimento dos projectos, a longevidade e outros critérios adicionais.

No pipeline em curso, o Fundo identificou os projectos que considera mais atractivos e está a trabalhar com os empreendedores para que possam satisfazer os requisitos exigidos para beneficiar do investimento.

Ainda nesse período, a equipa de gestão do Fundo também continuou a explorar as oportunidades de parcerias que são relevantes no ecossistema e que visam, sobretudo, capacitar os empreendedores e garantir que os mesmos estejam melhor habilitados para a gestão dos seus projectos.

O Fundo apresentou no 1º semestre de 2023 um balanço que evidenciava activo total de AOA 3 221 milhões, Fundos Próprios de AOA 3 189 milhões e Resultado Líquido de AOA 91 milhões.

No âmbito do trabalho de divulgação do Fundo, enquanto instrumento de financiamento relevante no ecossistema angolano, a equipa de gestão teve participação activa em vários eventos sobre startups organizados por várias entidades com interesse em contribuir para o desenvolvimento do ecossistema de startups em Angola, nomeadamente:

1. **Angola Startup Summit – A inovação e tecnologia como vector de imersão das Startups em Angola** - Organizado pelo Ministério da Economia e Planeamento em parceria com o Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM). O evento tinha como objectivo fomentar o surgimento de startups e contribuir para que as iniciativas existentes em diferentes pontos do país pudessem ser apresentadas num espaço que congregou diferentes entidades relevantes no ecossistema de startups do país.
2. **Lançamento do Relatório de Avaliação do Ecossistema de Startups em Angola** - O International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, em parceria com o INAPEM e a União Europeia, coordenaram o evento de lançamento do relatório Avaliação do Ecossistema de startups em Angola. O relatório foi elaborado pela Startup Genome que apresentou uma análise abrangente do contexto operacional das startups em Angola, utilizando a metodologia do Relatório do Ecossistema Global das Startups (*the Global Startup Ecosystem Report*) anualmente.
3. **Angotic 2023 - Conectividade e Modernização Tecnológica** - Organizado pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social com o objectivo de promover o empreendedorismo como contributo relevante para o desenvolvimento tecnológico do país e alavanca para a modernização do sector produtivo e social, expondo os empreendedores a investidores que têm interesse no mercado angolano.

Dual Impact Fund

IV. Perspectivas para o 2º Semestre de 2023

A expectativa para o 2º Semestre de 2023 consiste em continuar a reforçar o pipeline, com projectos de diferentes sectores da actividade, sobretudo aqueles que já estejam em estágio de operação, e precisam de investimento para incrementar a sua actividade operacional.

Para além disso, a equipa de gestão do Fundo compreende que o conhecimento sobre capital de risco, Impacto e Sustentabilidade ainda é bastante baixo no mercado angolano. Neste sentido, o Fundo irá continuar a desenvolver acções didáticas no mercado, reforçando as principais características do Fundo e a importância de os empreendedores dominarem os conceitos associados aos fundos de capital de risco, fortalecendo a preparação necessária dos empreendedores para que possam solicitar investimento em conformidade com os requisitos exigidos.

A HCP prevê durante o 2º semestre de 2023 a realização de negociações finais e potencialmente a concretização dos primeiros investimentos do Fundo.

Dar continuidade ao processo de *fundraising* é uma componente fundamental na gestão estratégica do Fundo, após os investimentos iniciais, para incrementar a capitalização do Fundo e o seu potencial de impactar o tecido empresarial nacional.

VI. Perspectivas 2º semestre 2023

Perspectiva-se que o ciclo económico para este ano seja marcado, naturalmente, por desafios relacionados com a inflação e a incerteza quanto à evolução do valor da moeda nacional. O Ministério da Economia e Planeamento reviu em baixa o crescimento do Produto Interno Bruto em 2023 para 1.1%, face aos 3.6% considerados anteriormente.

Com relação à economia mundial, o FMI melhorou tenuemente a previsão de crescimento global para o ano 2023, situando nos 3.0% (+0.2% face previsão de Abril), contudo, alerta para um cenário desafiante relacionado com a política monetária restritiva, comércio e indústria global abaixo dos níveis desejados e a inflação que persiste ainda em níveis elevados.

Ainda assim, no ano 2023 daremos continuidade à nossa ambição de contribuir para a promoção da indústria de gestão de activos e consequente crescimento do negócio a nível nacional, através das nossas competências e expertise na gestão de OICs, nas diferentes classes de activos.

Pretendemos continuar a estratégia de diversificação da base de participantes dos OICs, bem como, promover a criação de novos instrumentos regulados que possam enquadrar-se no novo paradigma de mercado de capitais. Acreditamos que nos próximos anos, com alteração, do modelo de intermediação financeira, o mercado de capitais apresentará maior dinamismo e atractividade para investidores nacionais e internacionais.

A nível corporativo iremos continuar a implementar diferentes iniciativas relacionadas com o ESG, e ao nível da comunicação por forma a promover a nossa marca e destacar a literacia financeira, pois acreditamos que a disseminação do conhecimento é fundamental para o fortalecimento e crescimento do mercado de capitais.

As nossas pessoas continuarão a ser uma aposta, pois acreditamos que através da capacitação, formação e actualização contínua das condições de trabalho poderemos entregar mais e melhor aos nossos stakeholders.





VII. Demonstrações Financeiras

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLECTIVO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	Notas	30-06-2023		31-12-2022	
		Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido	Período Anterior
Activo					
Disponibilidades	3	1.132.758	-	1.132.758	582.255
Numerário		5	-	5	5
Disponibilidades em Instituições Financeiras		1.132.753	-	1.132.753	582.250
Aplicações	3	1.400.000	-	1.400.000	1.900.000
Aplicações em Inst.Finan.Banc.		1.400.000	-	1.400.000	1.900.000
Créditos	4	12.420	-	12.420	10.751
Valores a Receber de Sociedades Geridas		12.420	-	12.420	10.751
Negociação e Intermediação de Valores	5	569.781	-	569.781	760.154
Diversos		569.781	-	569.781	760.154
Activos Imobiliários	6	471.485	(328.567)	142.918	145.561
Imobilizado corpóreo		254.713	(118.207)	136.506	110.443
Imobilizado incorpóreo		216.772	(210.359)	6.412	35.118
TOTAL DO ACTIVO		3.586.444	(328.567)	3.257.877	3.398.722
Passivo e Fundos Próprios					
Outras Obrigações	7	1.465.433	-	1.465.433	1.101.920
Obrigações de Natureza Social ou Estatutária		246.304	-	246.304	579.920
Outras Obrigações de Natureza Fiscal		191.288	-	191.288	522.000
Negociação e Intermediação de Valores		1.027.841	-	1.027.841	-
TOTAL DO PASSIVO		1.465.433	-	1.465.433	1.101.920
Capital Proprio		30.000	-	30.000	30.000
Reserva Legal		373.272	-	373.272	226.437
Lucros e Prejuízos Acumulados		865.690	-	865.690	572.021
Resultado Líquidos do Exercício		523.483	-	523.483	1.468.344
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	8	1.792.445	-	1.792.445	2.296.802
TOTAL DO PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS		3.257.877	-	3.257.877	3.398.722

O Anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2023.



Administrador



Presidente do Conselho
Concelho de Administração

**SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO
COLECTIVO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**
(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	Notas	30-06-2023	30-06-2022
Proveitos			
Juros e outros Rendimentos	9	1.533.614	2.061.623
Juros de Deposito a Prazo		94.212	60.999
Comissão de Gestão		1.431.454	1.996.741
Rendimentos de Câmbio		7.948	3.883
Outros Rendimentos Operacionais	10	4.145	-
Outros Rendimentos Operacionais		4.145	-
TOTAL DOS PROVEITOS		1.537.759	2.061.623
Despesas			
		24.055	30.406
Juros e outras Despesas	11	5.151	9.705
Impostos	12	11.020	20.319
Multas	13	7.884	382
Custos e Perdas Operacionais	14	809.642	821.030
Prestação de Serviços		237.784	299.662
Perdas de câmbio		34.380	-
Custo com Pessoal		469.983	475.176
Amortizações e Depreciações	6	67.495	46.193
Outros Custos e Perdas Operacionais	15	15.470	-
Resultado não Operacional		15.470	-
TOTAL DAS DESPESAS		849.167	851.437
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		688.592	1.210.186
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	12	(165.109)	(302.642)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		523.483	907.544

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023.



Administrador



**Presidente do Conselho
Concelho de Administração**

**SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO
COLECTIVO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Fluxos de Caixa de Juros e Outros Rendimentos		
Recebimentos de Proveitos inerentes à Comissão de Gestão	1.454.978	1.887.538
Recebimentos de Proveitos de Outros Juros e Proveitos Equiparados	49.726	-
Recebimentos de Proveitos inerentes à outros rendimentos Operacionais	5.467	-
Recebimentos de proveitos de disponibilidades	1.450.000	3.089.001
FLUXO DE CAIXA DOS RECEBIMENTOS	<u>2.960.171</u>	<u>4.976.539</u>
Fluxos de Caixa de Juros e Outras Despesas		
Pagamentos de custos de disponibilidades	(950.000)	(3.150.000)
Pagamentos de custos inerentes a outros activos de carteira	-	(43.752)
Fluxos de Caixa de Impostos		
Pagamento de Custos Inerentes aos Impostos	(476.461)	(557.352)
Fluxos de Caixa de Multas		
Pagamento de Custos de Multas	(7.884)	(382)
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		
Pagamento de Custos de Inerentes à Prestação de Serviços	(395.251)	(418.301)
Pagamento de Custos de Inerentes aos Custos com Pessoal	(541.634)	(531.920)
Pagamentos de custos inerentes a outros custos operacionais	(28.022)	(36.744)
Fluxo de Caixa de Imobilizado		
Pagamento de Custos de Inerentes à Aquisição de Imobilizado	(10.411)	-
FLUXO DE CAIXA DOS PAGAMENTOS	<u>(2.409.663)</u>	<u>(4.738.451)</u>
SALDO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO EXERCÍCIO	550.508	238.088
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	582.250	854.883
SALDO EM DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>1.132.758</u>	<u>1.092.971</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023.



Administrador



**Presidente do Conselho
Concelho de Administração**

**SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO
COLECTIVO, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2022**

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAOA)

	Capital próprio	Reservas e fundos	Lucros e prejuízos	Resultado líquido do	Fundos próprios
Saldo inicial 2022	30.000	76.103	271.352	1.503.337	1.880.792
Transferência do resultado de 2021	-		300.669	(300.669)	-
Reserva legal	-	150.334	-	(150.334)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.052.334)	(1.052.334)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.468.344	1.468.344
Saldo no final em 31/12/2022	30.000	226.437	572.021	1.468.344	2.296.802
Transferência do resultado de 2022	-	-	293.669	(293.669)	-
Reserva legal	-	146.835	-	(146.835)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.027.841)	(1.027.841)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	523.483	523.483
Saldo no final em 30/06/2023	30.000	373.272	865.690	523.483	1.792.445

O Anexo faz parte integrante da demonstração de mutação dos fundos próprios para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023.



Administrador



**Presidente do Conselho
Concelho de Administração**

VIII. Anexo às Demonstrações Financeiras

A SG HEMERA CAPITAL PARTNERS – SGOIC, S.A. (“HCP” ou “Sociedade”), é uma instituição financeira não bancária autorizada para o exercício das respectivas funções pela Comissão de Mercados de Capitais (“CMC”), sob o nº 002/SGOIC/CMC/07-19, desde 12 de Julho de 2019.

A Sociedade foi constituída por Escritura Publica de 18 de Abril de 2019, tendo como objecto social a gestão profissional de um ou mais organismos investimento colectivo, comercialização de unidades de participação e prestação de serviços de consultoria de investimentos. A Sociedade opera e tem sede social na Via S8, Condomínio Cidade Financeira, Talatona – Luanda Sul, Distrito Urbano de Talatona.

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na Nota 8, a Sociedade é detida maioritariamente pela MILOS Capital Partners, S.A.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o valor líquido global dos fundos sob a gestão da HCP era o seguinte:

Designação	Data de início de actividade	Valor Líquido Global do Fundo	
		30-06-2023	31-12-2022
Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	06 de Junho de 2016	253 056 739	254 883 612
Atlântico Liquidez - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	06 de Junho de 2016	10 069 860	7 457 361
Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular	10 de Fevereiro de 2022	3 189 403	3 097 981
Atlântico Protecção - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliário Fechado	12 de Julho de 2017	1 474 812	1 509 477

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis às Sociedades Gestoras, emitidas pela CMC, em vigor em 30 de Junho de 2023.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Agosto de 2023.

De acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, são de preparação obrigatória as seguintes componentes das Demonstrações Financeiras:

- O Balanço;
- A Demonstração de Resultados;
- A Demonstração de Fluxos de Caixa;
- A Demonstração de Mutações de Fundos Próprios;
- As Notas às demonstrações financeiras.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no regulamento da CMC, sendo que, as notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis à Sociedade, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, tendo as demonstrações financeiras sido preparadas com base no princípio da continuidade das operações e do acréscimo, respeitando as características da relevância e fiabilidade e em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 30 de Junho de 2023 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5º do Banco Nacional de Angola (“BNA”), tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio indicativo publicado pelo BNA naquelas datas. Em 30 de Junho de 2023, 31 de Dezembro de 2022 e 30 de Junho de 2022, os câmbios indicativos do Kwanza (“Kwanzas” ou “AOA”), publicados pelo BNA, face às divisas a que a entidade se encontra mais exposta eram os seguintes:

	<u>30-06-2023</u>	<u>31-12-2022</u>	<u>30-06-2022</u>
USD	822,940	503,691	421,990
EUR	899,227	537,438	439,629
GBP	1.046,698	607,048	511,578

2.2 Comparabilidade

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2022.

2.3 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Juros de aplicações

Os juros das aplicações são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que se vencem, independentemente do momento em que são recebidos. Os juros são registados na rubrica “Juros e outros rendimentos – Disponibilidades” (Nota 9).

c) Transacções em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multicurrency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem. Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio indicativa publicada pelo BNA na data de transacção.

d) Disponibilidades

O saldo de disponibilidades compreende os valores em caixa e todos os saldos em bancos, imediatamente mobilizáveis, acrescidos dos rendimentos auferidos e ainda não recebidos até à data do balanço.

e) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, a Sociedade considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de disponibilidades em instituições financeiras.

f) Activos Imobiliários

Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros custos e perdas”.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do período numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, enquadrado nos seguintes intervalos:

	<u>Vida útil</u>
Equipamento de carga e transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 6
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos fixos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na demonstração de resultados do período. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto na demonstração de resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

Activos Fixos Intangíveis

Esta rubrica compreende, essencialmente, custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades da sociedade. Os activos fixos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual em média corresponde a um período de 1 ano.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

g) Regime fiscal

Imposto Industrial – Regime Geral

A Sociedade encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos do Regime Geral de tributação. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 26/20, de 20 de Julho) sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 25%, de acordo com o n.º I do artigo 64.º da referida Lei.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 48.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos ao lucro tributável de um ou mais dos cinco exercícios posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2022.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto Industrial-retenção na fonte

Nos termos do artigo 67.º do Código do Imposto Industrial, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, sobre os sujeitos passivos de Imposto Industrial residentes em Angola que exercem actividades de prestação de serviços, à taxa de 6,5%. Por outro lado, de acordo com o artigo 71.º do referido Código, que estabelece o Regime Especial de Tributação de Serviços Acidentais, a Sociedade deve proceder à retenção na fonte, em sede de Imposto Industrial, à taxa de 15%, sobre serviços prestados em território nacional por pessoas colectivas sem sede, direcção efectiva ou estabelecimento estável em Angola.

h) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

A Sociedade avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de demonstrações financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

A Sociedade avalia a recuperabilidade dos valores devidos através da análise da degradação da qualidade creditícia do(s) devedor(es).

i) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

j) Benefícios a colaboradores

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, a Sociedade releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte.

k) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

Pactual Property Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo em vigor até ao dia 31 de Janeiro de 2023, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora cobrava uma comissão de gestão mensal de 1,5% ao ano, à taxa anual nominal sobre o valor líquido global do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga trimestral e postecipadamente.

No dia 21 de Abril de 2021, os participantes do Fundo reuniram em Assembleia de Participantes do Pactual Property Fund com o objectivo de deliberarem sobre a Alteração da Comissão de Gestão do Fundo. Como resultado, a comissão de gestão passou a ter uma taxa flexível, com aplicabilidade a partir de Fevereiro de 2023, de acordo com a evolução do Valor Líquido Global do Fundo, conforme o modelo infra descrito:

Valor líquido global	Taxa comissão de gestão
Até 60.000.000.000,00	2,15%
60.000.000.001,00 a 140.000.000.000,00	1,75%
140.000.000.001,00 a 200.000.000.000,00	1,35%
> 200.000.000.001,00	0,95%

A Sociedade Gestora considera que o modelo acima tem em conta a evolução que tem se verificado na carteira dos activos sob gestão, e melhora o modelo de fees do Fundo. Assim, a partir de 1 de Fevereiro de 2023, pelo exercício da sua actividade, a entidade gestora passou a cobrar uma comissão de gestão mensal de 0,95% ao ano à taxa anual nominal, sobre o Valor Líquido Global do Fundo antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga trimestral e postecipadamente.

A Sociedade Gestora terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho, tal como definida naquele regulamento.

Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a Sociedade Gestora cobra uma comissão nominal fixa anual de gestão de 1,25% sobre o valor líquido global do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos de investimento geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo) antes de comissões e taxa de supervisão, devendo ser paga mensal e postecipadamente.

Atlântico Protecção - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliário Fechado

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a Sociedade Gestora cobra uma comissão fixa anual de gestão de 1,65% sobre o valor líquido global do Fundo (excluindo o valor investido em unidades de participação de fundos de investimentos geridos pela entidade gestora ou por outras entidades em relação de domínio ou de grupo) calculada por

referência ao mês a que respeita a comissão, antes de comissões e taxas de supervisão. A comissão de gestão deve ser paga mensal e postecipadamente.

Por decurso do prazo de maturidade do Fundo, o seu participante único entendeu não proceder a solicitação de um pedido de prorrogação da maturidade do mesmo. Essa decisão foi influenciada pelo contexto macroeconómico verificado no final de 2022, em função da estabilidade registada no mercado cambial, com a apreciação e variações muito suaves da taxa de câmbio que impactou negativamente a performance do Fundo.

Assim sendo, a Sociedade Gestora encetou a preparação dos elementos necessários para o pedido de dissolução e liquidação do Fundo junto do regulador. Deste modo, as contas com referência a 30 de Junho não foram preparadas tendo em conta o pressuposto da continuidade.

Dual Impact Fund – Fundo de Capital de Risco de Subscrição Particular

De acordo com o regulamento de gestão do Fundo, pelo exercício da sua actividade, a Sociedade Gestora cobra ao Fundo, trimestral e antecipadamente, uma comissão de gestão igual ao maior dos seguintes montantes:

- i) Taxa de comissão de gestão nominal fixa anual de 2,75% sobre: a) o montante total global das unidades de participação subscritas na respectiva fase de subscrição, durante o período de investimento, b) após este período, sobre o Valor Líquido do fundo, ou
- ii) Cem milhões de kwanzas anualmente (100.000 mAOA).

Adicionalmente, constitui encargo do Fundo para com a Sociedade, o montante equivalente a 0,90% sobre o total do capital subscrito do Fundo, decorrente da constituição, organização do Fundo e subscrição das unidades de participação. Cada investidor, incluindo as entradas posteriores ao primeiro closing, deverão suportar numa proporção pro-rata este custo. De acordo com o Regulamento de gestão do Fundo, a Sociedade Gestora terá ainda direito a receber do Fundo uma comissão de desempenho anual, tal como definido na “Política de distribuição de rendimentos do Fundo”.

As comissões de gestão a receber são registadas nas rubricas “Créditos – Valores a receber de sociedades geridas” e “Comissões de gestão” (Notas 4 e 9, respectivamente).

l) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências.

m) Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

n) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas o Conselho de Administração efectuou juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	Moeda	30-06-2023	31-12-2022
Caixa			
Notas e moedas	AOA	5	5
		5	5
Disponibilidades em outras instituições de crédito:			
Banco Millennium Atlântico	AOA	1.071.632	128.781
Banco Millennium Atlântico	EUR	8.696	5.197
Standard Bank	AOA	12.883	308.697
Banco Angolano de Investimento	AOA	36.095	136.128
Banco Económico	AOA	3.447	3.447
		1.132.753	582.250
Aplicações em Instituições Financeiras			
Banco Millennium Atlântico	AOA	1.400.000	1.900.000
		1.400.000	1.900.000
		2.532.758	2.482.255

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito” é integralmente constituída por depósitos à ordem, não remunerados.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023, a rubrica “Aplicações”, excluindo juros a receber, registou os seguintes depósitos à prazo, apresentados por prazos residuais de vencimento:

Ord	Data de constituição	Data de vencimento	Estado na data de referência	Moeda	Taxa de juro anual	Montante de constituição	Juros corridos /recebidos
Banco Millennium Atlântico, S.A.							
1	25-10-2022	23-01-2023	Vencido	AOA	10,00%	200.000,00	1.134
2	25-10-2022	25-10-2023	Vivo	AOA	12,50%	700.000,00	53.507
3	27-12-2022	26-01-2023	Vencido	AOA	8,00%	100.000,00	513
4	27-12-2022	27-03-2023	Vencido	AOA	10,00%	200.000,00	4.241
5	27-12-2022	25-06-2023	Vencido	AOA	11,00%	700.000,00	33.416
6	19/04/2023	19/05/2023	Vencido	AOA	8,00%	250.000,00	1.479
7	19/04/2023	16/10/2023	Vivo	AOA	11,00%	200.000,00	3.906
8	22/05/2023	21/06/2023	Vencido	AOA	8,00%	100.000,00	592
8	21/06/2023	21/07/2023	Vivo	AOA	8,00%	100.000,00	178
9	27/06/2023	27/07/2023	Vivo	AOA	8,00%	100.000,00	59
10	27/06/2023	25/09/2023	Vivo	AOA	10,00%	300.000,00	222
							99.247

4. CRÉDITOS

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	31-12-2022
Valores a Receber de Sociedades Geridas		
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	10.327	1.814
Atlântico Protecção -Fundo de Invest. Mob. Fechado	2.093	430
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	-	4.875
Aliança Global Empreendimentos, LDA	-	1.967
Fundo Gama - Fundo de Invest.Mob.Fechado	-	1.665
	12.420	10.751

Em 30 de Junho de 2023, o saldo desta rubrica refere-se essencialmente a comissões de gestão cobradas pela Sociedade, reconhecidas em resultado no presente exercício, para as quais aguarda o recebimento.

5. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	31-12-2022
Negociação e Intermediação		
Acréscimos de Rendimentos de Comissões	219.531	356.601
Imposto Industrial - Retenção na fonte	113.277	257.962
Fornecedores - saldos devedores	120.012	32.051
Valores a Receber de Juros de DP	57.871	18.795
Adiantamento ógãos sociais	41.257	41.257
Seguros	12.574	34.849
Outros diferimentos	4.922	-
Adiantamento pessoal	337	1.789
Participantes e participadas	-	16.850
	569.781	760.154

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Acréscimos de Rendimentos de Comissões” refere-se às comissões de gestão a receber dos Fundos sob gestão referentes ao segundo trimestre de 2023 e quarto trimestre de 2022, respectivamente, com o seguinte detalhe:

Acréscimos de Rendimentos de Comissões	30-06-2023	31-12-2022
Pactual Property Fund.-Fundo de Invest. Imob. Fechado	198.364	325.223
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	21.167	21.167
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	-	8.092
Atlântico Protecção -Fundo de Invest. Mob. Fechado	-	2.119
	219.531	356.601

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Imposto Industrial – Retenção na Fonte” refere-se a retenções na fonte do imposto industrial previsto na Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, efectuadas pelos Fundos sobre as comissões de gestão cobradas pela Sociedade, as quais serão deduzidas ao montante do imposto industrial a pagar. A recuperação das retenções está dependente da capacidade da Sociedade para apresentar lucros fiscais futuros suficientes e até ao prazo de caducidade daqueles

créditos, que lhe permitam efectivar o crédito fiscal supra-referido, aquando do preenchimento da Modelo I.

6. ACTIVOS IMOBILIÁRIOS

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	31-12-2022
Imobilizado corpóreo		
Equipamento de Transportes	149.802	125.302
Equipamento de Administrativo	80.078	66.927
Outras imobilizações corpóreas	5.687	4.176
Equipamento básico	19.146	-
Depreciações acumuladas	(118.208)	(85.962)
	136.506	110.443
Imobilizado incorpóreo		
Softwares	216.772	210.228
Amortizações acumuladas	(210.359)	(175.110)
	6.413	35.118
	142.919	145.561

O movimento ocorrido na rubrica de activos imobiliários durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 e no exercício de 2022 foi o seguinte:

Rubricas	31-12-2022			30-06-2023				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Amortizações do exercício	Amortizações acumuladas	Saldo final
Imobilizado corpóreo								
Equipamento de Transportes	125.302	52.605	72.697	24.500	-	18.155	70.759	79.043
Equipamento de Administrativo	66.927	33.171	33.756	13.151	-	11.883	45.055	35.024
Outras imobilizações corpóreas	4.176	186	3.990	1.511	-	466	651	5.036
Equipamento básico	-	-	-	19.146	-	1.742	1.742	17.404
	196.405	85.962	110.443	58.308	-	32.246	118.208	136.506
Imobilizado incorpóreo								
Softwares	210.228	175.110	35.118	6.543	-	35.249	210.359	6.412
	210.228	175.110	35.118	6.543	-	35.249	210.359	6.412
	406.633	261.072	145.561	64.851	-	67.495	328.567	142.918

Rubricas	31-12-2021			31-12-2022				
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Alienações	Abates/Transf.	Amortizações do exercício	Saldo final
Imobilizado corpóreo								
Equipamento de Transportes	125.302	23.090	102.212	-	-	1.691	31.206	72.697
Equipamento de Administrativo	38.014	12.816	25.198	28.913	-	(1.013)	19.342	33.756
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	4.176	-	-	186	3.990
	163.316	35.906	127.410	33.089	-	678	50.734	110.443
Imobilizado incorpóreo								
Softwares	129.844	89.792	40.052	80.385	-	(6.976)	78.343	35.117
	129.844	89.792	40.052	80.385	-	(6.976)	78.343	35.117
	293.160	125.698	167.462	113.474	-	(6.298)	129.077	145.560

Em 30 de Junho de 2023, a rubrica “Aumentos”, inclui essencialmente:

- i) Aquisição de viaturas para renovação da frota de apoio administrativo;
- ii) Renovação das licenças anuais de utilização de software / sistemas.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	31-12-2022
Obrigações de natureza social ou estatutária:		
Encargos a repartir por exercícios futuros		
Prémios	41.908	379.639
Imobilizado	24.500	-
Subsídios de férias	25.099	44.863
Comunicação	3.669	13.082
Deslocação e estadas	6.256	6.256
Seguros	6.482	980
Avença CF	6.448	-
Manutenção	401	-
Auditoria	-	12.350
	114.763	457.170
Empréstimos bancários		
BMA - Leasing viaturas	29.930	43.552
	29.930	43.552
Obrigações de natureza social ou estatutária		
Fornecedores correntes	89.524	54.929
Credores diversos	11.995	-
Valores a Pagar a Sociedades	92	-
Participantes e participadas	-	11.850
Pessoal	-	478
Outros credores	-	11.940
	101.611	79.197
Obrigações de natureza fiscal:		
Imposto industrial		
Imposto corrente		
Relativo a 2023	165.109	-
Relativo a 2022	-	486.266
Impostos industrial - retenção na fonte	9.932	10.872
Imposto sobre o rendimento de trabalho	10.065	24.440
Segurança social	6.182	422
	191.288	522.000
Negociação e Intermediação de Valores		
Dividendos	1.027.841	-
	1.027.841	-
	1.465.433	1.101.920

Em 31 de Dezembro de 2022, o saldo da rubrica “Obrigações de Natureza Social ou Estatutária – Prémios” refere-se a prémios a pagar (i) aos membros do Conselho de Administração, referentes aos exercícios de 2020 e 2021, no montante de 337.731 milhares de kwanzas, e (ii) a colaboradores sobre o desempenho do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, no montante de 41.908 milhares de kwanzas.

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, a Sociedade apurou Imposto Industrial tendo em consideração as regras fiscais definidas na Lei n.º 26/20 de 20 de Julho (Nota 12).

Em Maio de 2023, a Sociedade procedeu ao pagamento do Imposto Industrial relativo ao exercício de 2022.

8. FUNDOS PRÓPRIOS

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2023	31-12-2022
Capital social	30.000	30.000
Reserva legal	373.272	226.437
Lucros e prejuízos acumulados	865.690	572.021
Resultado líquido do exercício	523.483	1.468.344
	1.792.445	2.296.802

A Sociedade foi constituída com um capital de mAOA 30.000, realizado em dinheiro dividido e representado por 30.000 de acções, do valor nominal de 1.000 mil Kwanzas (AOA) cada uma, tendo sido totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022, a estrutura accionista da Sociedade é a seguinte:

Rubricas	Nº Acções	%	Valores
Accionistas			
Milos Capital Partners, SA	29.996,00	99,990%	29.996
Miguel Raposo Alves	1,00	0,002%	1
Luiana Cristina Vieira Nunes Carvalho dos Santos	1,00	0,002%	1
Elpídio Ferreira Lourenço Neto	1,00	0,002%	1
Cláudia Cristina Silva Pires Pinto	1,00	0,002%	1
			30.000

No primeiro semestre de 2023 e em 2022, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Capital próprio	Reservas e fundos	Lucros e prejuízos	Resultado líquido do	Fundos próprios
Saldo inicial 2022	30.000	76.103	271.352	1.503.337	1.880.792
Transferência do resultado de 2021	-	-	300.669	(300.669)	-
Reserva legal	-	150.334	-	(150.334)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.052.334)	(1.052.334)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	1.468.344	1.468.344
Saldo no final em 31/12/2022	30.000	226.437	572.021	1.468.344	2.296.802
Transferência do resultado de 2022	-	-	293.669	(293.669)	-
Reserva legal	-	146.835	-	(146.835)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.027.841)	(1.027.841)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	523.483	523.483
Saldo no final em 30/06/2023	30.000	373.272	865.690	523.483	1.792.445

Por deliberação unânime da Assembleia Geral, realizada no dia 26 de Abril de 2023, foi decidido aplicar o valor correspondente ao resultado líquido obtido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, no

montante de 1.468.344 mAOA, para 70% em distribuição de dividendos, 20% em resultados transitados e 10% em reservas legais.

De acordo com as Lei das Sociedades Comerciais em vigor, devem ser alocados, pelo menos, 0,5% dos lucros líquidos da sociedade, até que essa reserva perfaça 20% do capital social, sem prejuízo de no pacto social ser possível fixar percentagens e montantes mínimos mais elevados. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

9. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Proveitos		
Juros e Outros Rendimentos:		
Juros de Deposito a Prazo (Nota 3)	94.212	60.999
Comissão de Gestão (Nota 5)	1.431.454	1.996.741
Rendimentos de Câmbio	7.948	3.883
	1.533.614	2.061.623

A rubrica “Juros de Depósito a Prazo” regista os rendimentos associados aos juros de depósitos a prazo.

A rubrica “Comissão de Gestão” regista os rendimentos associados a comissões de gestão dos fundos geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição por Fundo:

	30-06-2023	30-06-2022
Pactual Property - Fundo de Invest. Imob. Fechado	1.317.367	1.917.247
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	51.608	68.933
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	50.000	-
Atlântico Protecção - Fundo de Invest. Mob. Fechado	12.479	10.561
	1.431.454	1.996.741

A comissão nominal fixa anual de gestão cobrada pela Hemera aos Fundos tem a seguinte composição:

	30-06-2023	30-06-2022
Pactual Property - Fundo de Invest. Imob. Fechado	0,95%	1,50%
Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto	1,25%	1,25%
Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular	2,75%	2,75%
Atlântico Protecção - Fundo de Invest. Mob. Fechado	1,65%	1,65%

10. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Outros rendimentos operacionais		
Outros	4.145	-
	4.145	-

11. JUROS E OUTRAS DESPESAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Despesas		
Juros e outras Despesas	5.151	9.705
	5.151	9.705

O saldo desta rubrica é referente aos juros de operações de leasing contratadas.

12. IMPOSTOS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Imposto Industrial (Nota 7)		
Relativo a 2023	165.109	-
Relativo a 2022	-	302.642
Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais	9.420	11.583
Imposto sobre o valor acrescentado	1.142	5.993
Outros impostos	458	2.706
Imposto de selo	-	37
	176.129	322.961

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, a rubrica “Imposto Industrial” diz respeito à estimativa de imposto sobre os lucros a liquidar à Autoridade Geral Tributária, conforme divulgado no quadro abaixo:

	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Resultado Antes de Impostos	688.592	1.210.186
Correcções para efeitos fiscais:		
A Somar:		
Custos e perdas não aceites para efeitos fiscais:		
Variações Cambiais desfavoráveis não Realizadas	24.675	-
Outros acréscimos	15.713	50.777
Imposto Sobre Aplicação de Capitais (Art.º 18 CII)	9.421	6.100
Multas	7.884	382
Correcções de exercícios anteriores	6.889	4.122
Despesas não documentadas	4.539	-
Amortizações excessivas	3.317	-
Imposto sobre o valor acrescentado	1.142	-
Impostos suportados pela empresa	410	-
A Deduzir:		
Proveitos e ganhos não tributáveis:		
Proveitos Sujeitos a IAC	(94.212)	(60.999)
Variações Cambiais favoráveis não Realizadas	(7.932)	-
Lucro Tributável (Prejuízo fiscal)	<u>660.438</u>	<u>1.210.568</u>
Taxa nominal de imposto	25%	25%
Imposto Sobre Lucros	<u>165.109</u>	<u>302.642</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>25%</u>	<u>25%</u>

13. MULTAS E OUTROS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>Rubricas</u>	<u>30-06-2023</u>	<u>30-06-2022</u>
Multas	<u>7.884</u>	<u>382</u>
	<u>7.884</u>	<u>382</u>

O saldo desta rubrica resulta do pagamento da comissão de fiscalização da CMC, no montante de 3.355 milhões de kwanzas e, multas e juros de pagamentos de Impostos fora dos prazos legais, no montante de 4.529 milhões de kwanzas.

14. CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

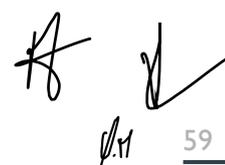
Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Prestação de serviços		
Custos de serviços técnicos especializados	114.025	122.159
Custos de Transportes, Deslocações e Alojamentos	70.261	88.678
Despesas de Publicidade	22.224	39.324
Despesas de Comunicação	6.173	4.143
Custos com material de escritório	5.738	15.193
Custos com conservação e reparação de equipamentos - Materiais	6.808	3.527
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	3.421	1.731
Custos com conservação e reparação de equipamentos - Serviços	5.909	-
Custos com seguros	613	40
Combustíveis e outros fluídos	1.510	-
Limpeza, higiene e conforto	1.103	-
Outros custos e perdas	-	24.866
Perdas de câmbio	34.380	-
Custos com o pessoal	469.983	475.176
Amortizações e depreciações	67.495	46.193
	809.641	821.031

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, a rubrica de custos com o pessoal tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Remunerações - Órgãos sociais	118.556	155.363
Remunerações - Pessoal	242.519	251.902
Encargos sobre remunerações	64.232	32.641
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.582	4.913
Formação	17.291	10.302
Outras despesas com pessoal	22.803	20.055
	469.983	475.176

Em 30 de Junho de 2023 e 2022, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Administradores	3	3
Apoio Administrativo	5	2
OICs	7	5
Suporte	3	3
Back Off	2	2
Legal & Compliance	3	1
Research	-	1
Investor Relatinos	1	-
	24	17



15. OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2023 e 2022, esta rubrica tem a seguinte composição:

Rubricas	30-06-2023	30-06-2022
Resultados não operacionais		
Correcções de exercícios anteriores	6.889	-
Outras perdas não operacionais	8.581	-
	15.470	-

16. ACCIONISTAS E OUTRAS ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas partes relacionadas da Sociedade as empresas e fundos detalhados abaixo, e os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Para além dos membros do Órgão de Administração e dos elementos-chave de gestão, são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão mantêm influência significativa.

Em 30 de Junho de 2023, a Sociedade MILOS Capital Partners, S.A., detém mais de 10 % do capital social da Sociedade (Nota 8).

A 30 de Junho de 2023 a Sociedade possuía a seguinte estrutura dos órgãos sociais:

Conselho de Administração:

- Presidente: Mário Alberto Falhas Amaral
- Vogal: Odracir Sidney de Vasconcelos Magalhães
- Vogal: Valdir Rodrigues da Costa

Conselho Fiscal:

- Presidente: Márcia Nijiolela Ganga da Costa de Brito
- Vogal: Walter Wagner Hinda
- Vogal: Edivalda Efigénia Hilário Pedro Machado
- Suplente: Claudeth Elsa Gonçalves Tjisindandjila
- Suplente: Alexandre Ernesto da Costa António

Os Fundos sob gestão da Sociedade à data de 30 de Junho de 2023 foram as seguintes:

- Pactual Property - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
- Liquidez Prime Fund - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto
- Atlântico Protecção - Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Fechado
- Dual Impact Fund - Fundo de Capital de Risco, de Subscrição Particular

Em 30 de Junho de 2023 e em 31 de Dezembro de 2022, as outras partes relacionadas são as seguintes:

	30/06/2023		
	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades
Activos			
Crédito			
Valores a Receber de Sociedades Geridas	-	-	12.420
	-	-	12.420
Negociação e Intermediação de Valores			
Diversos	-	41.257	219.531
	-	41.257	219.531
Passivo			
Outras Obrigações			
Outras Obrigações de Natureza Social e Estatutária	-	20.548	-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	-	4.572	-
Negociação e Intermediação de Valores	1.027.841	-	-
	1.027.841	25.120	-
Capital			
Capital realizado	30.000	-	-
	30.000	-	-
Juros e Outros Rendimentos			
Outras Comissões	-	-	1.431.454
Juros e Outras Despesas			
	-	5.151	-
Custos e Perdas Operacionais			
Prestação de Serviços	-	-	-
Custos com Pessoal	-	167.953	-
	-	167.953	-

31/12/2022 e 30/06/2022

	Accionistas	Órgãos Sociais	Outras Entidades
Activos			
Crédito			
Valores a Receber de Sociedades Geridas	-	-	10.751
	-	-	10.751
Negociação e Intermediação de Valores			
Diversos	-	41.257	356.601
	-	41.257	356.601
Passivo			
Outras Obrigações			
Outras Obrigações de Natureza Social e Estatutária	-	381.283	-
Outras Obrigações de Natureza Fiscal	-	4.572	-
	-	385.855	-
Capital			
Capital realizado	30.000	-	-
	30.000	-	-
Juros e Outros Rendimentos			
Outras Comissões	-	-	1.996.741
Juros e Outras Despesas			
	-	9.705	-
Custos e Perdas Operacionais			
Custos com Pessoal	-	178.414	-
	-	178.414	-

Todas as transacções com partes relacionadas foram efectuadas a preços de mercado.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se registaram quaisquer eventos relevantes após a data do balanço que requeiram registos ou divulgação nas demonstrações financeiras da Sociedade em 30 de Junho de 2023.

IX. Relatório do auditor externo

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas – mAOA)

Aos Accionistas
da SG Hemera Capital Partners – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A.

Introdução

1. Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 da Instrução n.º 07/CMC/05-21, sobre prestação de informação pelas Sociedades Gestoras de Organismos de Investimento Colectivo, procedemos a revisão limitada das demonstrações financeiras anexas da SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. (adiante designada por “Sociedade”), as quais compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2023, que evidencia um total de 3 257 877 milhares de kwanzas e um total de fundos próprios de 1 792 445 milhares de kwanzas, incluindo um resultado líquido de 523 483 milhares de kwanzas, as demonstrações dos resultados, das alterações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023 e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, nos termos do plano de contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras aprovado pelo Regulamento da Comissão do Mercado de Capitais (“CMC”) n.º 9/16, de 6 de Julho, e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a erro ou a fraude.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre estas demonstrações financeiras. A revisão limitada a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola (“OCPCA”) sobre Trabalhos de Exame Simplificado de Informação Financeira Intercalar pelo Auditor Independente da Entidade. Aquelas normas requerem que concluamos sobre se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras, no seu todo, não estão preparadas, em todos os aspectos materialmente relevantes, em conformidade com a estrutura de relato financeiro aplicável. Esta norma exige igualmente que demos cumprimento a todos os requisitos éticos relevantes.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade por quotas | NUIT: 5401022670 | Matrícula CRC de Luanda: 106-97 | Capital social: KZ 972.000 | Sede: Condomínio Cidade Financeira, Via S8, Bloco 4 - 5º, Talatona, Luanda

4. Uma revisão limitada em conformidade com as Normas Técnicas consiste num trabalho destinado a proporcionar um nível de segurança moderada. O auditor executa procedimentos que consistem principalmente em indagações ao Conselho de Administração e a outros no seio da Sociedade conforme apropriado, na aplicação de procedimentos analíticos e na avaliação da evidência obtida.
5. Os procedimentos executados numa revisão limitada são substancialmente mais reduzidos do que os procedimentos executados numa auditoria conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre aquelas demonstrações financeiras.

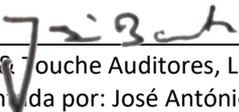
Conclusão

6. Com base na nossa revisão limitada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima não apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SG Hemera Capital Partners - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo, S.A. em 30 de Junho de 2023, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras.

Outras matérias

7. A informação financeira anexa foi preparada pelo Conselho de Administração com o objectivo de dar resposta aos requisitos previstos no âmbito do disposto na alínea b) do n.º 1 da Instrução n.º 07/CMC/05-21, não cumprindo com todos os requisitos de apresentação e divulgação exigidos pelos princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola estabelecidos no plano de contas dos Organismos de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras e outras disposições emitidas pela Comissão de Mercado de Capitais. Nesta base, destina-se a ser utilizada exclusivamente para esse fim, não podendo ser divulgada ou referida a terceiros nem utilizada para outra finalidade sem o nosso prévio consentimento escrito.

Luanda, 31 de Agosto de 2023


Deloitte & Touche Auditores, Limitada
Representada por: José António Mendes Garcia Barata
Membro da OCPCA nº 20130163

X. Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas da

SG HEMERA CAPITAL PARTNERS - SGOIC, S.A.

Em cumprimento das disposições legais e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora, por nós desenvolvida, bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da SG HEMERA CAPITAL PARTNERS - SGOIC, S.A. (Sociedade) relativos ao período findo em 30 de junho de 2023.

No decurso do referido período, acompanhámos, com a periodicidade e extensão que considerámos necessária, a evolução da actividade da Sociedade, o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração os esclarecimentos solicitados.

Analisámos e concordamos com o teor do Relatório de Revisão Limitada dos Auditores, com conclusões satisfatórias, emitido pela sociedade Deloitte & Touche – Auditores, Lda. o qual damos com integralmente reproduzido.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Relatório & Contas à data de 30 de junho de 2023, elaborado pelo Conselho de Administração, em cumprimento do N°1, alínea b) da Instrução 007/CMC/05 - 21 que inclui, com referência ao mesmo período, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Mapa da Situação Líquida da Sociedade bem como a informação detalhada da carteira dos organismos de investimento colectivo por esta geridos e sobre as actividades desenvolvidas durante o semestre.

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras com referência a 30 de junho de 2023, bem como o respectivo conteúdo Relatório & Contas.

O Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade pela colaboração que nos foi prestada.

Luanda, 31 de Agosto de 2023

O CONSELHO FISCAL

Márcia Nigiolela
(Presidente)

15

Walter Hinda
(Vogal)



Edivalda Pedro Machado
(Vogal)





www.hemeracapitalpartners.com/en/
www.linkedin.com/company/hemera-capital-partners